

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
CAMPUS CASCA

Francis Lazaretti

GESTÃO DE CUSTOS EM UMA EMPRESA FABRICANTE DE AUTOPEÇAS

CASCA

2016

FRANCIS LAZARETTI

GESTÃO DE CUSTOS EM UMA EMPRESA FABRICANTE DE AUTOPEÇAS

Monografia de Estágio Supervisionado apresentado ao curso de Administração da Universidade de Passo Fundo, Campus Casca, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Esp. Sérgio L. Piazza.

CASCA

2016

FRANCIS LAZARETTI

GESTÃO DE CUSTOS EM UMA EMPRESA FABRICANTE DE AUTOPEÇAS

Monografia de Estágio Supervisionado aprovada em 01 de Dezembro de 2016, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração, no curso de Administração da Universidade de Passo Fundo, campus Casca, pela Banca Examinadora formada pelos professores:

Prof. Esp. Sérgio L. Piazza
UPF – Orientador

Prof. Me. Nelton Conte
UPF – Examinador

Prof. Esp. Roger Belin
UPF – Examinador

CASCA
2016

AGRADECIMENTOS

Deixo aqui meus agradecimentos a todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que eu concluísse mais esta etapa de minha caminhada.

Primeiramente agradeço a Deus, criador de todas as coisas, que permitiu que tudo se realizasse.

Aos meus pais, pelo apoio e compreensão nos momentos de dificuldades.

À Angela, minha namorada, pelo carinho, estímulo e dedicação, ajudando-me no que precisei, com seus conhecimentos na realização deste trabalho.

Aos proprietários da empresa Metalúrgica Edaulo meu agradecimento especial, por permitirem a realização deste estudo, e pela atenção que a mim proporcionaram.

Ao meu Mestre e orientador Sergio Piazza, pelas contribuições e por compartilhar seu conhecimento.

Enfim, a todos que contribuíram nesta longa caminhada, expresso aqui meu eterno agradecimento.

O Senhor é meu pastor,
nada me faltará.
SALMOS 23:1

RESUMO

LAZARETTI, Francis. **Gestão de custos em uma empresa fabricante de autopeças**. 2016. 62 f. Estágio Supervisionado (Curso de administração). UPF, 2016.

Com a abertura do mercado e a alta competitividade presente do dia-a-dia das empresas, acaba por tornar-se necessário adotar métodos que auxiliem na gestão e tomada de decisões das organizações. Diante desta situação, este trabalho tem por objetivo analisar a estrutura de custos e rentabilidade de uma metalúrgica do Interior do Estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa desenvolve-se como um estudo de caso em uma empresa tipicamente familiar no período de julho, agosto e setembro de 2016. A metodologia de pesquisa utilizada quanto aos objetivos é a descritiva. Já o enquadramento deste trabalho em relação à abordagem do problema caracteriza-se como qualitativa. Com relação à análise dos dados pesquisados, é do tipo análise documental, ainda podendo-se considerar como uma pesquisa exploratória. Para o alcance dos objetivos, fez-se necessário que se abordasse conceitos de custos e os conceitos de rentabilidade. Depois de explanado este conceito fez-se uma breve descrição da empresa e suas atividades. A partir disto pôde-se efetuar um levantamento dos custos gerenciais e operacionais da empresa assim como a rentabilidade por ela apresentada no período de estudo. A partir dos resultados encontrados, pode-se observar que a empresa apresenta elevado percentual de custos que influencia diretamente na rentabilidade. Diante disto, propõe-se a empresa a aprimorar os relatórios gerenciais, que visam, sobretudo, informar ao gestor o resultado de sua administração e a posição na qual a empresa encontra-se no mercado.

Palavras-chave: Gestão de Custos. Rentabilidade. Metalúrgica.

ABSTRACT

LAZARETTI, Francis. **Cost management in an auto parts manufacturer**. 2016. 62 f. Supervised Internship (Administration course). UPF, 2016.

With the opening of the market and the high competitiveness present in the day-to-day business, it becomes necessary to adopt methods that help in the management and decision making of organizations. In view of this situation, this work aims to analyze the cost structure and profitability of a metallurgical company in the State of Rio Grande do Sul. The research is developed as a case study in a company typically family in the period of July, August and September 2016. The research methodology used for the objectives is descriptive. The framework of this work in relation to the problem approach is characterized as qualitative. With respect to the analysis of the data surveyed, it is of the documentary analysis type, still being considered as an exploratory research. To achieve the objectives, it was necessary to approach cost concepts and profitability concepts. After explaining this concept was made a brief description of the company and its activities. From this it was possible to carry out a survey of the management and operational costs of the company as well as the profitability it presented during the study period. From the results found, it can be observed that the company has a high percentage of costs that directly influence profitability. In view of this, the company is proposed to improve managerial reports, which mainly aim to inform the manager of the results of its management and the position in which the company is in the market.

Keywords: Cost Management. Profitability. Metallurgical.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma do quadro de funcionários da empresa.....	37
Figura 2 – Organograma do processo de fabricação das peças	38
Figura 3 – Processo de fabricação fundição	39
Figura 4 – Processo de fabricação moldes	39
Figura 5 – Processo de fabricação injetora.....	40
Figura 6 – Processo de fabricação acabamento	40
Figura 7 – Processo de fabricação polimento.....	41
Figura 8 – Processo de fabricação perfuração	41
Figura 9 – Processo de fabricação montagem	42
Figura 10 – Processo de fabricação embalagem.....	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Custo variável médio gasto mensalmente.....	45
Tabela 2 – Custos fixos médios gastos mensais	46
Tabela 3 – Despesas fixas médias gastas mensalmente	48
Tabela 4 – Levantamento patrimonial	50
Tabela 5 – Depreciação do patrimônio.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Composição média dos custos variáveis	46
Gráfico 2 – Composição média dos custos fixos.....	47
Gráfico 3 – Composição média das despesas fixas	48
Gráfico 4 – Participação média mensal dos gastos variáveis e fixos	49
Gráfico 5 – Comparativo entre faturamento x Custos e despesas	50
Gráfico 6 – Indicadores de rentabilidade.....	54

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PROBLEMA	12
1.2	OBJETIVOS	13
1.2.1	Objetivo geral.....	13
1.2.2	Objetivos específicos.....	13
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
2.1	CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE AUTOPEÇAS.....	14
2.2	GESTÃO DE CUSTOS	15
2.3	TERMINOLOGIAS BÁSICAS DE CUSTOS	16
2.4	CLASSIFICAÇÕES DE CUSTOS.....	19
2.4.1	Diretibilidade.....	19
2.4.2	Variabilidade.....	20
2.5	MÉTODOS DE CUSTEIOS.....	21
2.5.1	Método de custeio variável.....	21
2.5.2	Método de custeio baseado em atividades (ABC)	22
2.5.3	Método absorção	24
2.5.4	Margem de contribuição	25
2.6	ANÁLISES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	25
2.7	INDICADORES DE RENTABILIDADE.....	27
2.7.1	Giro do ativo.....	28
2.7.2	Rentabilidade do ativo.....	29
2.7.3	Rentabilidade do patrimônio líquido	29
2.7.4	Rentabilidade sobre investimento	30
2.7.5	Diferença entre rentabilidade contábil e econômica	30
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	32
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA	32
3.1.1	Variáveis de estudo	33
3.2	UNIVERSO DE PESQUISA.....	34
3.2.1	Procedimentos e técnicas de coletas de dados	34
3.3	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	35
4	ANÁLISE DOS DADOS	36
4.1	APRESENTAÇÃO DA EMPRESA.....	36
4.1.1	Processo de fabricação	38
4.2	DADOS QUANTITATIVOS E FINANCEIROS	42
4.2.1	Gastos incorridos pela empresa.....	43
4.2.2	Classificação dos gastos incorridos pela empresa.....	43
4.2.3	Levantamento patrimonial	50
4.3	ANÁLISE DA RENTABILIDADE	51
4.3.1	Giro do ativo.....	51
4.3.2	Rentabilidade do ativo.....	52
4.3.3	Rentabilidade do patrimônio líquido	53
4.3.4	Rentabilidade sobre investimento	53
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
	REFERÊNCIAS	58
	ANEXO A - Balanço patrimonial 2015	61
	ANEXO B - Demonstração do resultado do exercício mensal.....	62

1 INTRODUÇÃO

A quantidade de mudanças que afetam as empresas está criando cenários altamente competitivos e turbulentos, provocando incertezas e ameaças de sobrevivência para algumas delas. Para se prevenirem dos riscos e buscar novas oportunidades de mercado, as empresas devem desenvolver um completo conhecimento e monitoramento de todos os setores.

O setor metalúrgico apresenta expressiva importância no cenário econômico mundial, com vasta cadeia produtiva dos segmentos ligados à metalurgia, usinagem e produção de manufaturados metálicos, sendo base de outras atividades relevantes para os países, como a indústria automobilística, construção civil e bens de capital.

Historicamente o setor metalúrgico de autopeças nasceu junto com a indústria automobilística. Na medida em que a frota de veículos ganhava as ruas, o mercado de reposição se estruturava e se profissionalizava, para poder atender aos proprietários de automóveis com qualidade. A história do mercado independente de reposição de autopeças no Brasil começou há mais de 50 anos, junto com o nascimento da indústria automobilística no país (PITSTOP, 2016).

O setor metalúrgico de autopeças de veículos é fortemente prejudicado pela crise econômica, que está freando o poder econômico e repercute em uma queda de produção de veículos leves e pesados, afetando diretamente a indústria de autopeças, que inevitavelmente tem suas vendas afetadas pela baixa demanda e pelo menor poder aquisitivo da população. A indústria também enfrenta problemas quanto a altos preços da matéria prima que representa 60% a 65% dos custos de produção e são vinculados a poucos fornecedores. Este setor sofreu grandes transformações ao longo do tempo, passando por várias transformações tecnológicas caracterizadas por um longo ciclo de desenvolvimento dos produtos, dando o elevado grau de qualidade e segurança exigido pelas montadoras. Por outro lado, o aumento pela demanda de veículos por parte da população devido ao crescimento populacional impulsionou o mercado de reposição. Programas de governo e legislações que tanto podem aumentar as vendas destes produtos quanto fazer decair. Outro fator relevante diz respeito à mão de obra, que vem sendo motivo de preocupação do setor que através de forte influência sindical, que tem causado reajustes no custo da mão de obra bem acima da inflação, além de custos fixos e variáveis que estão cada vez mais impactando e reduzindo lucro do setor (PITSTOP, 2016).

A globalização integrou os mercados, flexibilizou e proporcionou aos clientes maior poder de barganha e uma análise mais crítica quanto à qualidade dos produtos existentes. A competitividade entre as empresas está acirrada, fazendo com que as empresas busquem

investimentos em inovação e tecnologias, seja para reparação ou manutenção preventiva, para proporcionar diferenciais e atributos de compra capazes de seduzir os clientes cada vez mais críticos e a legislação que busca o bem-estar e segurança dos usuários (PITSTOP, 2016).

1.1 IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PROBLEMA

A empresa objeto deste estudo caracteriza-se por ser uma empresa familiar, fundada em 18 de novembro de 1992, a Indústria Metalúrgica Edaulo Ltda está situada na cidade de União da Serra/RS e tem com finalidade específica a fabricação de terminais elétricos automotivos (terminais de bateria). A empresa possui 19 colaboradores e 2 unidades de produção que totalizam uma produção mensal de 130 mil peças/mês.

É comum que empresas pequenas, em alguns casos tipicamente familiares, não possuam métodos de custeio efetivos para controle dos custos. Entretanto, a concorrência no mercado vem tornando-se cada vez maior, e para que as empresas consigam manter-se neste ambiente de forma satisfatória é importante que as mesmas possuam um controle gerencial adequado. Alguns autores entendem que as informações mais relevantes para as tomadas de decisões provêm da apuração, análise e controle de custos. Destacam-se no setor econômico aquelas empresas que conseguem produzir e/ou prestar serviços de qualidade juntamente com uma prática de gestão de custos. Quando realizada de forma correta, a precificação torna-se uma poderosa alavanca de fomento ao crescimento com lucratividade e para o alcance das metas estratégicas do negócio.

Neste contexto, considerando as mudanças vivenciadas pelas empresas no atual cenário econômico, observa-se que a gestão estratégica de custos como um instrumento para alavancar a rentabilidade, torna-se uma ferramenta importante para que possa permanecer no mercado e ganhar uma vantagem competitiva diante das concorrentes.

A partir do momento que os negócios se tornaram competitivos entre as empresas, faz-se necessário a identificação dos custos como instrumento da administração de controle e tomada de decisões, e não mais apenas para atender ao fisco, mas para aumentar a rentabilidade. Diante disto, formulou-se tal questão: *Quais os custos incorridos na produção de uma empresa de autopeças e como a gestão destes custos está associada com a rentabilidade?*

Considerando a grande competitividade presente no mercado, as empresas acabam por ter necessidade de adotar políticas que permitam a permanência das mesmas nesse patamar o maior tempo possível, e assim consequentemente o alcance do sucesso. Isso tornasse um

desafio para os gestores, no qual necessitam de informações adequadas e concisas para controle e tomada de decisão. Sendo assim, a utilização de um sistema de gestão de custos adequado é relevante para que se possam gerar informações que contribuam para o êxito empresarial e o aumento de sua rentabilidade.

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos da pesquisa serão divididos entre objetivo geral e objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo geral

Verificar quais os custos incorridos na produção de uma empresa de autopeças e como a gestão destes custos está associada com a rentabilidade.

1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar os custos envolvidos nos processos de fabricação dos produtos;
- Analisar a gestão de custos praticada pela empresa;
- Avaliar o nível de rentabilidade da empresa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo tem como objetivo apresentar termos e conceitos abordados no desenvolvimento do estudo com a função de ser um instrumento de compreensão. Sendo assim, serão abordados conceitos relacionados ao tema do estudo, no qual irá facilitar o discernimento dos objetivos estabelecidos para este estudo.

2.1 CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE AUTOPEÇAS

O setor de autopeças, pressionado pelas mudanças na indústria automobilística, passa por uma série de transformações para atender às exigências desta indústria. A grande maioria das alterações guarda semelhança com o que já ocorre no mercado mundial derivadas do acirramento da concorrência, das políticas de compras das montadoras e de seu relacionamento com fornecedores. Também a busca de redução de custos pelas montadoras e a necessidade de alcançar padrões mundiais de preço e qualidade impactaram fortemente o setor de autopeças (BNDES, 2016).

O modelo aplicado internacionalmente tem gerado atritos entre montadoras e fornecedores em função, principalmente, da busca de redução de custos pelas montadoras. Agravando esta situação, verificam-se a permanência da pressão competitiva sobre a indústria automotiva alterando suas margens de lucratividade, exigindo menores custos e maior qualidade, e a existência de regulamentações, principalmente de meio ambiente, cada vez mais rigorosas e com demandas crescentes sobre todas as empresas participantes. Diante deste quadro, resta aos fabricantes que desejam trabalhar com as montadoras ter capacidade reconhecida de produzir com eficiência - baixo custo e qualidade (BNDES, 2016).

O setor de autopeças brasileiro tem se beneficiado do crescimento da indústria automobilística no mercado interno e ampliado, também, sua inserção internacional, o que vem gerando volumes crescentes de faturamento, produção e expansão da capacidade. As novas formas de relacionamento na indústria pesaram sobre a estrutura do setor, formada por pequenas e médias empresas muitas com uma estrutura operacional e administrativa inadequada para responder com rapidez às novas exigências das montadoras. Os fabricantes de autopeças iniciaram um forte processo de ajuste, com ênfase em reduções de custos (BNDES, 2016).

O aumento do desemprego no setor tem sua correlação mais forte com os ajustes iniciais destinados a reduzir custos e aos novos métodos de produção e gestão adotados nos novos processos, em sua essência, poupadores de mão de obra (BNDES, 2016).

De modo geral, o setor de autopeças tem como ameaças o aumento da concorrência devido entrada de novos fabricantes e a política das montadoras. Por outro lado, a indústria defronta-se com perspectivas de crescimento de demanda tendo em vista expansão esperada do mercado interno e dos países do Mercosul. O investimento previsto pelas montadoras existentes, a vinda de novas e o processo de desverticalização das montadoras também são fatores de crescimento. Para sobreviver deve passar por reestruturações e alterações na estrutura de oferta. Existe espaço para crescimento desta indústria, porém registram-se dificuldades dado a estrutura de oferta, as margens menores com que vêm operando. O cenário é desfavorável para aquelas firmas que não são especializadas ou não detêm tecnologia ou não estão inseridas em programas de reduções crescentes de custos e de aumento de qualidade. Muitas empresas continuarão a atuar apenas no mercado de reposição, onde há mais liberdade de preços (BNDES, 2016).

2.2 GESTÃO DE CUSTOS

O surgimento da contabilidade de custo se deu ainda na época da Revolução Industrial, no século 18. Seu embasamento é oriundo da contabilidade financeira que foi sendo desenvolvida na era mercantilista para atender as empresas comerciais. Neste período as formas de apuração e contabilização dos custos nas empresas se davam de uma forma muito mais simples. A apuração do resultado do período era realizada confrontando-se o custo das mercadorias vendidas com as receitas desses bens vendidos, chegando-se ao lucro bruto, deduziam-se as despesas necessárias à manutenção do negócio, obtendo-se o lucro líquido (FONTOURA, 2013).

Para Martins, “A Contabilidade de Custos nasceu da Contabilidade Financeira, quando da necessidade de avaliar estoques na indústria, tarefa essa que era fácil na empresa típica da era do mercantilismo” (2003, p. 23).

Segundo Leone, a contabilidade de custos pode ser conceituada como:

O ramo da função financeira que acumula, organiza, analisa e interpreta os custos dos produtos, dos estoques, dos serviços, dos componentes da organização, dos planos operacionais e das atividades de distribuição para determinar o lucro, para controlar as operações e para auxiliar o administrador no processo de tomada de decisão (2000, p. 26).

A contabilidade de custos, de acordo com Leone “prepara informações diferentes para atender a necessidades gerenciais diferentes” (2000, p. 19). A contabilidade de custos produz

informações a diversas funções gerenciais de uma entidade, tais como: avaliação de desempenho, planejamento e controle das operações, dentre outras.

Já Iudícibus salienta que:

Na linguagem comercial, custo significa quanto foi gasto para adquirir certo bem, objeto, propriedade ou serviço. A noção de custo, portanto, está ligada à consideração que se dá em troca de um bem recebido. Na linguagem comum, não ligada a compras, vendas etc., a palavra custo pode estar associada a uma noção de sacrifício (1998, p. 113).

Para Horngren, Forster e Datar, a contabilidade de custos “mensura, relata informações financeiras e não financeiras relacionadas à aquisição e ao consumo de recursos pela organização. Ela fornece informações tanto para a contabilidade gerencial quanto para a contabilidade financeira” (2000, p. 2).

Segundo Leone:

A Contabilidade de custos acumula, organiza, analisa e interpreta os dados operacionais, físicos e os indicadores combinados no sentido de produzir, para diversos níveis de administração e de operação, relatórios com as informações de custos solicitadas. Além disso, em conjunto com o usuário ela realiza as previsões, a análise e a interpretação das informações (2000, p. 20).

As informações fornecidas pela contabilidade de custos possuem uma grande utilidade como ferramentas de auxílio à contabilidade gerencial, sua importância é tanto na fase de planejamento, quanto nas execuções e controle. Os sistemas de custos geram informações que auxiliam na tomada de decisão, não existe sistema de custos mais adequado, cada empresa possui suas particularidades e acabam se adequando de acordo com suas necessidades e tipo de informações que precisam obter (LEONE, 2000, p. 22).

2.3 TERMINOLOGIAS BÁSICAS DE CUSTOS

Para uma eficiente gestão de custos, é necessária a compreensão dos conceitos básicos relacionados ao tema. As várias interpretações encontradas na literatura contábil podem conduzir a diferentes entendimentos dos fatores que sejam classificáveis como gastos, investimentos, despesas, perdas, desperdícios e custos (WERNKE, 2008, p. 12).

Inicialmente é importante saber discernir gasto de desembolso. Segundo Wernke (2008, p. 12), as despesas expressam o valor dos bens ou serviços consumidos direta ou indiretamente para obtenção de receitas, de forma voluntária. Esse conceito é utilizado para

identificar os gastos não relacionados com a produção, ou seja, os que se referem às atividades não produtivas da empresa. Geralmente, essas atividades podem ser classificadas em despesas comerciais, despesas administrativas e despesas financeiras. Exemplos: salários e encargos sociais da administração (despesas administrativas), juros bancários pagos (despesas financeiras) e propaganda (despesas comerciais).

Gasto é o termo usado para definir as transações financeiras nas quais a empresa utiliza recursos ou assume uma dívida, em troca da obtenção de algum bem ou serviço. É um conceito abrangente e pode englobar os demais itens. Por exemplo: um gasto pode ser relacionado a algum investimento (caso em que será contabilizado no ativo da empresa) ou alguma forma de consumo (como custo ou despesa, quando será registrado em conta de resultado) (WERNKE, 2008, p. 11).

Gasto é todo sacrifício para aquisição de um bem ou serviço com pagamento no ato ou no futuro. Assim, a empresa tem gasto na compra de imobilizado, na compra de matéria-prima, na produção entre outros (CREPALDI, 2002).

Desembolso pode ser definido como sacrifício, o ato do pagamento referente à aquisição do bem ou serviço. Martins considera que um desembolso “pode ocorrer antes durante ou após a entrada da utilidade comprada, portanto defasa ou não do momento do gasto” (2008, p. 25).

Dutra diz que: “desembolso é o pagamento de parte ou do total adquirido, elaborado ou comercializado, ou seja, é a parcela ou o todo do gasto que foi pago. Desembolso é tirar do bolso, significa pagar ou quitar” (2003, p. 33).

Importante ressaltar que alguns investimentos realizados pelas empresas são consumidos ao longo do tempo na esperança de que proporcionem um retorno.

Para Wernke, investimentos:

São os gastos que irão beneficiar a empresa em períodos futuros. Enquadram-se nessa categoria, por exemplo, as aquisições de ativos, como estoques e máquinas. Nesses casos, por ocasião da compra, a empresa desembolsa recursos, visando a um retorno futuro sob a forma de produtos fabricados. Convém salientar que o uso ou o respectivo desgaste das máquinas e o consumo dos estoques no processo fabril são considerados como custos de fabricação. Importante ressaltar que alguns investimentos realizados pelas empresas são consumidos ao longo do tempo na esperança de que proporcionem um retorno, entretanto esse consumo pode transformar o investimento em uma despesa ou um custo (2008, p. 11).

Outro gasto mencionado é o custo. Para Wernke, “são os gastos efetuados no processo de fabricação de bens ou de prestação de serviços” (2008, p. 12). No caso industrial, são os fatores utilizados na produção, como matérias-primas, salários e encargos sociais dos operários da fábrica, depreciação das máquinas, dos móveis e das ferramentas utilizadas no

processo produtivo. Martins ainda acrescenta, considerando que custo é “gasto relativo à bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços” (2008, p. 25).

Classificam-se como despesa todos aqueles bens e serviços consumidos para a geração de receita, sejam eles de forma direta ou indireta. Crepaldi define que despesa é “gasto em que a empresa incorre para manter a sua estrutura organizacional e, também, visando à obtenção de receitas” (2009, p. 16). A despesa só é reconhecida quando ocorre o fato gerador, ou seja, no momento do uso da mesma. As despesas têm como característica principal provocar a redução do patrimônio.

Ao fazer um estudo na área de custos deve-se atentar a diferença entre custos e despesas. Atkinson et al. distingue custos e despesas da seguinte forma:

Custo é definido como valor monetário dos bens e serviços expendidos para obter benefícios atuais ou futuros. Custos não são necessariamente o mesmo que despesas. As despesas estão relatadas na demonstração de resultado. Podem representar os custos pelos quais os benefícios já foram recebidos no período fiscal corrente, como o custo dos produtos vendidos (2008, p. 125).

Bornia ainda complementa:

Esta diferenciação provavelmente decorre da origem da contabilidade de custos: a contabilidade financeira era inicialmente usada em empresas comerciais, nas quais os custos se relacionavam com as mercadorias vendidas e as despesas se identificavam com a empresa. Ao empregar a mesma lógica em empresas industriais, naturalmente, o custo de fabricação ficou identificado com as atividades fabris e as despesas continuaram relacionadas com as atividades destinadas à administração da empresa em geral, à parte comercial e à parte financeira (2002, p. 40).

Por conseguinte, têm-se as perdas, também classificadas como gasto. Segundo Wernke, “perdas são os fatos ocorridos em situações excepcionais que fogem à normalidade das operações da empresa. Tais itens não são considerados operacionais e não fazem parte dos custos de fabricação dos produtos” (2008, p. 12). Elas constituem-se de eventos ocasionais e indesejados, como a deterioração anormal de ativos causados por incêndios ou inundações, furtos, etc.

Leone detalha que “as perdas só são consideradas perdas quando são anormais, quando não foram programadas. As perdas normais serão absorvidas pelos custos das operações” (2000, p. 48).

Por último temos o desperdício, Crepaldi cita como “gasto que a empresa apresenta pelo fato de não ocorrer o aproveitamento normal de todos os seus recursos” (2009, p. 17).

Segundo Wernke, o conceito de desperdícios “pode englobar os custos e as despesas utilizados de forma não eficiente. Ou seja, são considerados desperdícios todas as atividades

que não agregam valor e que resultam em gastos de tempo, dinheiro, recursos sem lucro, além de adicionarem custos desnecessários aos produtos” (2008, p. 12).

Ainda, podem ser enquadradas nesta categoria: a produção de itens defeituosos, a movimentação desnecessária, a inspeção de qualidade, a capacidade ociosa etc. Um exemplo bastante comum a ser citado como desperdício ocorre quando uma empresa opera com uma produtividade abaixo do normal. Somente um bom controle consegue perceber quando ocorre o desperdício.

2.4 CLASSIFICAÇÕES DE CUSTOS

Entre as diversas classificações de custos existentes na literatura contábil, as de maior aplicabilidade gerencial são as que segregam os custos.

2.4.1 Diretibilidade

Custos diretos são identificados por Dutra como “o custo que pode ser diretamente apropriado a cada tipo de bem ou órgão, no momento de sua ocorrência, isto é, está ligado diretamente a cada tipo de bem ou função de custo” (2010, p. 26).

Resumindo, pode-se dizer que custo direto está ligado diretamente ao objeto que irá gerar renda à empresa, e que pode ser medido.

Para Wernke:

Custos diretos são os gastos facilmente apropriáveis às unidades produzidas, ou seja, são aqueles que podem ser identificados como pertencentes a este ou aquele produto. Por sua natureza, características próprias e objetividade de identificação no produto são imputados por medições objetivas ou por controles individuais como a ficha técnica do produto, sem a necessidade de rateios. Correspondem aos gastos específicos do produto ou serviço, ou seja, não sendo produzida a unidade ou executado o serviço, esses gastos não ocorrem. Tais custos podem ser fisicamente identificados para um segmento particular sob consideração (2008, p. 13).

Os custos indiretos são o oposto do custo direto, ou seja, não podem ser identificados de forma direta com os produtos, necessitando que se faça um rateio para poder apropriá-los a cada produto.

Dutra ainda enfatiza que o “Custo indireto participa de todas ou de várias funções concomitantemente, sem possibilidade de segregação da parcela que está onerando cada uma das funções quando de sua aplicação” (2010, p. 26).

Estes custos não possibilitam uma condição de medida objetiva. Importante destacar que uma empresa que fabrica apenas um único tipo de produto, terá todos os custos considerados como diretos em relação a este produto. Assim, se o que está sob consideração é uma linha de produtos, então os materiais e a mão de obra envolvidos em sua manufatura seriam, ambos, custos diretos. Exemplo: as matérias-primas componentes dos produtos (WERNKE, 2008, p. 13).

2.4.2 Variabilidade

Segundo Wernke, variabilidade “são os gastos que não podem ser alocados de forma direta ou objetiva aos produtos ou a outro segmento ou atividade operacional, e caso sejam atribuídos aos produtos, serviços ou departamentos, serão mediante critérios de rateio” (2008, p. 14).

Já Leone cita que “a Contabilidade escolhe determinada unidade de medida do volume a que chama de base de volume e verifica como um custo (ou uma despesa) se comporta diante da variabilidade dessa base de volume” (2000, p. 53). Normalmente utiliza-se a base de unidades produzidas ou de serviços prestados.

De acordo com Crepaldi custo fixo “não varia em função do volume de produção. Por exemplo: o aluguel do prédio da fábrica será o mesmo, embora a quantidade produzida se altere” (2002, p. 217).

Os custos fixos são os gastos que a empresa tem para exercer suas atividades, mas que não têm relação direta com um produto ou serviço específico, pois se relacionam com vários produtos ao mesmo tempo.

Martins explica:

Custo de mão de obra direta não se confunde com o valor total pago à produção, mesmo aos operários diretos. Só se caracteriza como tal a utilizada diretamente sobre o produto. Portanto, o custo de Mão de obra direta varia com a produção, enquanto a Folha relativa ao pessoal da própria produção é fixa (2003, p. 134).

Existem ainda os custos que possuem um comportamento que podem ser considerados como misto, ou seja, possuem características de um custo fixo e variável ao mesmo tempo. Dubois, Kulpa e de Souza definem como “aqueles que apresentam certa variação em função do nível de produção, mas que também têm uma parcela fixa. Esta parcela fixa ocorrerá mesmo que nada seja produzido” (2006, p. 31).

Um exemplo a ser citado é a energia elétrica no qual é fixa até certo ponto, entretanto com aumento da produção acaba ultrapassando um limite normalmente utilizado, passando esta parte a ser classificada com um custo variável.

2.5 MÉTODOS DE CUSTEIOS

O sistema de custeio faz parte do sistema de gestão que é mais amplo. Estes dois sistemas precisam estar em sintonia para que as informações geradas pelos métodos de custeio produzam bons resultados, através da utilização plena das informações pelos responsáveis a tomada de decisão (BORNIA, 2002).

Existem vários métodos de custeio, dentre os mais conhecidos podem-se citar: custeio por absorção, custeio variável, e o custeio baseado em atividades (ABC). A seguir serão apresentadas as características destes métodos de custeio.

2.5.1 Método de custeio variável

Custos variáveis são os que estão diretamente relacionados com o volume de produção ou venda. Quanto maior for o volume de produção, maiores serão os custos variáveis totais. São os valores consumidos ou aplicados que têm seu crescimento vinculado à quantidade produzida pela empresa (WERNKE, 2008, p. 14).

Crepaldi define que:

O método referido dá ênfase aos custos variáveis, ou seja, aqueles que variam de acordo com o volume de produção, sendo assim, apenas eles são considerados custos de produção. Já os custos fixos são considerados despesas independentemente de serem vendidos ou não, e vão direto para o Resultado do período (2002, p. 218).

Neves e Viceconti ainda complementam “desse modo, o Custo dos Produtos Vendidos e os Estoques Finais de Produtos em Elaboração e Produto Acabados só conterão custos variáveis” (2003, p. 149).

De acordo com Martins, “os custos fixos existem independentemente da produção ou não desta ou daquela unidade, e acabam presentes no mesmo, que oscilações ocorram no volume de produção” (2008, p. 197).

Crepaldi cita que, “a maioria dos rateios é feita através da utilização de fatores, que, na realidade, não vinculam cada custo a cada produto” (2009, p. 221).

O gasto com custos fixos por unidade depende do volume de produção além do critério do rateio, ou seja, quando se aumenta o volume de produção, tem-se um custo fixo menor por unidade, e vice-versa.

Sendo assim, Crepaldi enfatiza que “assim, qualquer decisão em base de custo deve levar em conta, também, o volume de produção” (2009, p. 222).

Logo, o custo de um produto pode variar em consequência da quantidade produzida de outro produto. Por tudo isto, houve uma reflexão por conta dos contadores se não seria mais vantajoso deixar de apropriar os custos fixos aos produtos, tratando assim direto como despesa do período, surgindo o método de custeio variável.

De acordo com Martins:

Com base, portanto, no Custeio Variável, só são alocados aos produtos, os custos variáveis, ficando os fixos separados e considerados com despesas do período, indo diretamente para o Resultado; para os estoques só vão, como consequência, custos variáveis (2008, p. 198).

Pela forma em que se tratam os custos fixos, o método do custeio variável tende a ser cada vez mais usado, além disso, este método tem capacidade de fornecer informações muito mais rápidas e informativas para tomada de decisões de uma empresa.

Entretanto, segundo Crepaldi:

Esse método não segue os princípios fundamentais de contabilidade do regime de competência e confrontação, por isso não é reconhecido para efeitos legais. No entanto, é de grande auxílio na tomada de decisões, sendo bastante usado para fins gerenciais (2002, p. 223).

O método de custeio direto ainda não é aceito pelo fato de não deduzir da receita todos os sacrifícios envolvidos na obtenção da receita, e por não apropriar no tempo correto os custos fixos. Já que não seria correto, conforme afirma diretamente Martins “jogar todos os custos fixos contra as vendas de hoje, se parte dos produtos feitos só será vendida amanhã” (2008, p. 203).

2.5.2 Método de custeio baseado em atividades (ABC)

Esse método analisa o comportamento dos custos por atividade, e estabelece relações entre as atividades e o consumo de recursos, independentemente de fronteiras departamentais, permitindo a identificação dos fatores que levam a instituição ou empresa a incorrer em custos

em seus processos de oferta de produtos e serviços e de atendimento a mercados e clientes (WERNKE, 2008, p. 23).

O custeio baseado em atividades surgiu como uma técnica inovadora para análise e controle dos custos e frisa apropriação dos custos indiretos. De acordo com Hong: “ABC é um método de rastrear os custos de um negócio ou departamento para as atividades realizadas e de verificar como estas atividades estão relacionadas para a geração de receitas e consumo de recursos” (1997, p. 41).

Brimson afirma que “O foco da contabilidade por atividades é o entendimento do custo e desempenho de atividades significativas e o rastreamento das atividades para objetivos finais do custo, como produtos, clientes e funções” (1996, p. 79). O autor ainda ressalta que “O gerenciamento de custos é a análise das atividades para determinar o melhor mix de atividades e o nível ótimo de recursos a elas atribuídos” (1996, p. 79).

Segundo Nakagawa, “Trata-se de uma metodologia desenvolvida para facilitar a análise estratégica de custos relacionados com as atividades que mais impactam o consumo de recursos de uma empresa” (1994, p. 40). O autor ainda enfatiza que:

O ABC tem como objetivo facilitar a mudança de atitudes dos gestores de uma empresa, a fim de que estes, paralelamente à otimização de lucros para os investidores, busquem também a otimização do valor dos produtos para os clientes (internos e externos) (NAKAGAWA, 1994, p. 40).

No método de custeio ABC há uma melhor visualização dos custos, facilitando dessa forma a sua redução e aperfeiçoamento de processos, permitindo que as organizações se tornem mais lucrativas e eficientes.

Para Catelli e Guerreiro:

Esse sistema parte da premissa de que as diversas atividades desenvolvidas pela empresa geram custos, e que os diversos produtos consomem/utilizam essas atividades. Na operacionalização do sistema, procura-se estabelecer a relação entre atividades e produtos, utilizando-se o conceito de direcionadores de custos (1995, apud LEONE, 2000, p. 255).

O ABC é uma ferramenta para contabilidade gerencial, no qual os cálculos dos custos indiretos são melhores identificados e alocados do que nos sistemas tradicionais. A partir da análise das atividades executadas dentro da empresa e suas relações com os produtos, o ABC procura uma melhor evidência dos custos. É uma metodologia de custos que procura reduzir sensivelmente as distorções provocadas pelo rateio arbitrário dos custos internos (MARTINS, 2003, p. 93).

2.5.3 Método absorção

Wernke relata pontualmente que o método de absorção “consiste na apropriação de todos os custos de produção aos produtos, de forma direta ou indireta mediante critérios de rateios” (2008, p. 20).

O custeio por absorção deriva da aplicação dos princípios de contabilidade geralmente aceitos. Crepaldi salienta que “é o método derivado da aplicação dos princípios fundamentais de contabilidade e é, no Brasil, adotado pela legislação comercial e pela legislação fiscal. Não é princípio contábil em si” (1998, p. 83).

O custeio por absorção que, nada a mais nada a menos, é que a apropriação de todos os custos de produção, fixos, variáveis, diretos ou indiretos e, não somente os custos de produção dos produtos elaborados (MARTINS, 1996).

Conforme Crepaldi:

Nesse método, todos os custos de produção são apropriados aos produtos do período. Os custos de produção podem ser apropriados diretamente como é caso do material direto e mão de obra direta, ou indiretamente, como é o caso dos custos diretos de fabricação (2002, p. 220).

O método de custeio por absorção é aceito pelo fisco para fins de levantamento de Balanço Patrimonial e de Demonstração de Resultados. Para Martins, o custeio por absorção “consiste na apropriação de todos os custos de produção aos bens elaborados, e não só os de produção; todos os gastos relativos ao esforço de produção são distribuídos para todos os produtos ou serviços feitos” (2003, p. 37).

De acordo com Wernke:

A principal desvantagem do custeio por absorção consiste na utilização dos rateios para distribuir os custos entre os departamentos e/ou produtos. Como nem sempre tais critérios são objetivos, podem distorcer os resultados, penalizando alguns produtos e beneficiando outros (2008, p. 21).

Para Maher, o custeio por absorção é um “sistema de contabilização de custos no qual tanto os custos fixos como os custos variáveis de produção são considerados custo do produto” (2001, p. 360).

Os custos que são de difícil determinação, como por exemplo, os gastos com administração, são alocados por meio de critérios de rateios, aonde partes dos gastos vão para custos de produção e parte para despesas do período.

De acordo com Zucchi:

O custeio por absorção é aquele que inclui, na apuração do custo da produção, todos os gastos relacionados com elaboração do produto, sejam eles diretos ou indiretos. Tanto os custos fixos quanto as variáveis são, desse modo, incluídos na apuração do custo, mas nenhuma despesa é agregada a esse valor. O que determina esse sistema é a relação custo-produção (1992, p. 114).

Na concepção de Horngren, Foster e Datar, o custeio por absorção é “o método de custeio do estoque no qual todos os custos de fabricação, variáveis e fixos, são considerados custos inventariáveis” (2000, p. 211).

Por ser permitido pela legislação brasileira, este método é o mais utilizado para finalidades contábeis. Em termos gerenciais, porém, costuma receber várias críticas.

2.5.4 Margem de contribuição

A margem de contribuição é o valor resultante da venda de uma unidade, depois de deduzidos os custos e despesas variáveis associados ao produto comercializado. Tal valor contribuirá para pagar os custos fixos da empresa e gerar lucro (WERNKE, 2008, p. 42).

Segundo Naglee Hogan:

A margem de contribuição percentual é a parcela do preço que faz crescer o lucro ou reduzir as perdas. Não é o retorno sobre as vendas, que é usado pelos analistas financeiros para comparar o desempenho de diferentes empresas no mesmo ramo. O retorno sobre vendas indica lucro médio como uma porcentagem do preço depois de contabilizados todos os custos. O conceito, entretanto, não tem a ver com a média, mas com o lucro adicionado resultante de uma venda adicional (2007, p. 185).

O estudo da margem de contribuição é elemento fundamental para decisões de curto prazo. Além disso, o estudo da margem de contribuição possibilita análises objetivando a redução dos custos, bem como políticas de incremento de quantidade de vendas e redução dos preços unitários de venda dos produtos ou mercadorias (WERNKE, 2008 p. 44).

2.6 ANÁLISES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são ferramentas muito importantes para todos os usuários e sua análise permite que dados sejam transformados em informações úteis, pois através das mesmas é possível detectar problemas, buscar soluções e assim obter bom gerenciamento.

De acordo com o Iudícibus, “O objetivo principal da Contabilidade (e dos relatórios dela emanados) é fornecer informação econômica relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança” (1998, p. 28).

Os usuários da contabilidade têm interesse nas análises das demonstrações contábeis por diversas razões, esses usuários podem ser: Fornecedores: objetivando a capacidade da empresa de pagamento, ou seja, liquidez; Mercado financeiro: interessado na situação que a empresa desempenha a curto e longo prazo; Acionistas: com o interesse de retorno para seus investimentos; Governo: interesse na seleção de empresas e no conhecimento da situação de desenvolvimento econômico setorial; Clientes: interesse na garantia da empresa; Concorrentes: estes possuem interesse no índice-padrão para fins de comparação com os próprios e poder assim inferir sobre o seu desempenho; Administradores: interesse nos resultados obtidos com suas decisões operacionais e financeiras.

Matarazzo confirma: “As demonstrações contábeis visam extrair informações para tomada de decisão” (2003 p. 39).

A análise das demonstrações contábeis é um processo de decomposição de um todo em partes menores para entendimento do todo ou identificação de suas características positivas ou negativas. Para Franco, “analisar uma demonstração é decompô-la nas partes que a formam, para melhor interpretação de seus componentes” (1989, p. 93).

Para Iudícibus, a análise de balanço é uma “arte de saber extrair relações úteis, para o objetivo econômico que tivermos em mente, dos relatórios contábeis tradicionais e suas extensões e detalhamento se for o caso” (1998, p. 20-21).

De acordo com Matarazzo, a análise de balanços “começa onde termina o trabalho do contador” (2003, p. 11), pois ele vai além dos relatórios, traduzindo os dados obtidos em informações acessíveis aos administradores, auxiliando na tomada de decisões, bem como aos demais usuários da contabilidade.

Segundo Matarazzo:

As demonstrações contábeis fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com regras contábeis. A análise de balanços transforma esses dados em informações e será tanto mais eficiente quanto melhores informações produzir. É importante a distinção entre dados e informações. Dados são números ou descrição de objetos ou eventos que isoladamente, não provocam nenhuma reação no leitor. Informações representam, para quem as recebe, uma comunicação que pode produzir reação ou decisão, frequentemente acompanhada de um efeito surpresa (2003, p. 16).

A análise das demonstrações contábeis é a arte de transformar os dados dos demonstrativos contábeis em informações importantes, auxiliando na tomada de decisões.

Suas ferramentas normalmente utilizadas são os indicadores econômico-financeiros e a análise horizontal e vertical.

De acordo com Valter:

O objetivo da análise de relatórios e demonstrações contábeis compreende a indicação de informações numéricas, preferentemente, de dois ou mais períodos regulares, de modo a auxiliar ou instrumentar os administradores, acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras, governo, investidores e outras pessoas interessadas em conhecer a situação da empresa ou tomar decisão (1984, p. 60).

Segundo Marion:

Para ser feita a análise, deve-se averiguar se tem a posse de todas as Demonstrações Contábeis (inclusive Notas Explicativas). Também seria desejável ter em mão as Demonstrações Contábeis de três períodos. Com as publicações em colunas comparativas, têm-se de posse de uma única publicação, dois períodos: exercício atual e exercício anterior (2009, p. 22).

Embora os usuários demonstrem que as análises das demonstrações contábeis tenham interesses diferentes, as averiguações a serem feitas constituem duas abordagens definidas como: financeira e econômica.

A análise financeira demonstra a situação de liquidez da empresa, ou seja, quanto à empresa tem em caixa para suas contas, enquanto que a análise econômica está focada na capacidade de geração de resultados, ou seja, no lucro da empresa, essa análise permite também que os seus usuários avaliem se a rentabilidade do negócio é compatível com o que se espera, em função do risco correspondente às suas atividades.

2.7 INDICADORES DE RENTABILIDADE

Segundo Padoveze, pode ser definida como “uma relação do valor do lucro obtido com o valor do investimento realizado. Busca mensurar qual o retorno obtido após os valores investidos em um negócio ou aplicação” (2011, p. 21).

Nesse sentido, Hernandez utiliza a expressão “Índice de Lucratividade” e a define: “O índice de lucratividade compara o valor presente das entradas de caixa futuras com o investimento inicial de um projeto. O índice de lucratividade representa o quociente entre o valor presente das entradas de caixa e o investimento inicial” (2004, p. 82).

De acordo com Frezatti, “Quanto maior o percentual obtido, maior a eficiência do projeto; conseqüentemente, maior sua chance de ser escolhido” (2009, p. 80).

Os indicadores de rentabilidade, na análise empresarial apresentam os aspectos econômicos das empresas, são indicadores que mostram em percentual a situação econômica da empresa, mostra qual foi a rentabilidade do capital investido.

Segundo Marion, “A rentabilidade é medida em função do investimento. As fontes de financiamento do ativo são o capital próprio e capital de terceiros. A administração adequada do ativo proporciona maior retorno para a empresa” (2009 p. 129).

Os indicadores de rentabilidade mostram qual a rendimento do capital investido. Para calcular a rentabilidade de uma empresa são utilizados os índices de Giro do Ativo, Margem Líquida, Rentabilidade sobre o Ativo, Rentabilidade do Patrimônio Líquido, Rentabilidade sobre o Investimento e Rentabilidade Geral.

Para Matarazzo “Os índices de rentabilidade mostram qual a rentabilidade dos capitais investidos, isto é quanto renderam os investimentos e, portanto, qual o grau de êxito econômico da empresa” (1995).

2.7.1 Giro do ativo

Uma comparação natural é a relação entre as receitas de vendas e os ativos médios (soma dos ativos no início e no fim do período dividido por 2) para se chegar ao indicador de giro do ativo. A ideia é descobrir com que velocidade os ativos estão sendo utilizados para gerar vendas (LINS; FRANCISCO FILHO, 2012, p. 167).

Este indicador mostra quanto a empresa vendeu para cada real investido do total, ou seja, quantas vezes o ativo girou com o efeito das vendas quanto maior o giro do ativo melhor será para a empresa, pois mede o volume de vendas da empresa em relação ao capital total investido. O giro do ativo serve para mostrar a eficiência com que a empresa utiliza seus ativos, com o objetivo de gerar reais de vendas. Este indicador e representado pela seguinte formula:

$$GA = VL/AT$$

Onde: **GA** – Giro do ativo; **VL** – Vendas líquidas; **AT** – Ativo total.

Iudícibus observa que “O melhor conceito de “dimensão” poderá ser ora volume de vendas, ora valor do ativo total, ora valor do ativo operacional, ora valor do patrimônio líquido, ora valor do capital social etc. Todos têm suas vantagens e desvantagens” (1998, p. 110).

2.7.2 Rentabilidade do ativo

Para Lins e Francisco Filho, “esse indicador mostra o percentual que a empresa obtém de lucro para cada real investido em ativo, ou seja, mostra o lucro auferido pela empresa na utilização de seus ativos” (2012, p. 175).

Este índice mostra o desempenho da empresa de forma generalizada. A rentabilidade do ativo é calculada quando se deseja ter uma ideia de lucro no total da empresa, este indicador possibilita a identificação de quanto a empresa obteve de lucro líquido em relação ao total do ativo, ou seja, da aplicação de recursos.

$$\mathbf{RA = LL/A}$$

Onde: **RA** – Rentabilidade do ativo; **LL** – Lucro líquido; **A** – Ativo.

Matarazzo relata que “Este quociente representa uma medida da capacidade da empresa em gerar lucro líquido e assim poder capitalizar-se. É ainda uma medida do desempenho comparativo da empresa ano a ano” (1995, p. 185).

2.7.3 Rentabilidade do patrimônio líquido

Por meio deste indicador é possível identificar qual foi a rentabilidade da empresa em relação ao capital próprio investido. Este índice mostra qual foi o desempenho da empresa, demonstra qual foi o retorno dos proprietários da empresa, ou seja, quanto foi o retorno dos recursos totais investido. É representado pela seguinte fórmula:

$$\mathbf{RPL = LL/PLM}$$

Onde: **RPL** – Rentabilidade do patrimônio líquido; **LL** – Lucro líquido;

PLM - Patrimônio líquido médio.

Obs.: Patrimônio líquido médio é a média aritmética entre o patrimônio líquido inicial e o patrimônio líquido final.

De acordo com Lins e Francisco Filho:

Esse indicador representa a divisão do lucro do ano pelo patrimônio líquido médio durante o ano; indica quanto a empresa obtém de lucro durante certo período para cada real de recursos próprios investidos no negócio. O patrimônio líquido médio pode ser determinado utilizando-se a média aritmética ponderada dos valores investidos durante dois períodos considerados na análise. Quanto mais alto o indicador, maior lucro obteve a empresa em relação aos valores próprios investidos (2012, p. 176).

2.7.4 Rentabilidade sobre investimento

Este indicador é considerado muito eficiente, pois relaciona os lucros com os valores investidos, a rentabilidade do investimento conta com dois elementos que são a Margem Líquida e o Giro do Ativo, a rentabilidade de uma empresa é refletida pela relação entre preço e quantidade. Este indicador é representado pela fórmula:

$$\text{ROI} = \text{LO/I} \times 100$$

Onde: **LO** = Lucro Operacional – **I** = Investimento

Conforme Padoveze, este indicador:

Relaciona os investimentos efetuados na divisão com o lucro anual por esta mesma divisão. O ROI permite avaliar o investimento na mesma linha de avaliação que é feita pela Análise de Balanço, através dos conceitos de Rentabilidade do Ativo e Rentabilidade do Patrimônio Líquido (1997, p. 174).

Complementando essa afirmativa, Iudícibus diz: “é o mais importante quociente individual de toda a análise de balanço” (1998, p. 111).

2.7.5 Diferença entre rentabilidade contábil e econômica

Pode-se definir rentabilidade como o resultado das operações da empresa em determinado período que envolve todos os elementos operacionais, econômicos e financeiros de um investimento. Têm como objetivo principal mensurar o retorno do capital investido e identificar as causas que resultaram na rentabilidade.

De acordo com Warren, Reeve e Fess:

A rentabilidade relaciona o lucro obtido com o investimento feito ou existente. O objetivo da rentabilidade é determinar o retorno do investimento. Em outras palavras, a apuração da rentabilidade tem por finalidade saber se o retorno real foi coerente com o retorno planejado. A rentabilidade é sempre uma medida percentual, e, portanto, relativa (2001, p. 109).

Frezzatti faz uma importante distinção entre Rentabilidade Contábil e Rentabilidade Econômica. Segundo o autor, Rentabilidade Contábil é o retorno real que trará um investimento. Já a Rentabilidade Econômica utilizasse dos mesmos princípios de retorno de investimento, com a diferença de que os custos e benefícios dos projetos são apresentados de acordo com os valores econômicos e de mercado (2009).

Sanvicente afirma que “em geral, uma empresa é rentável no sentido econômico somente quando sua rentabilidade é maior do que aquela que os investidores podem conseguir por si mesmos nos mercados de capitais” (2002, p. 49).

Destaca-se, assim, a relevância de um sistema de informações gerenciais que assegure a exatidão e a veracidade dos registros contábeis e econômicos, capaz de abranger toda a estrutura da organização, possibilitando posteriormente o acompanhamento necessário para que os resultados sejam alcançados e as possíveis variações sejam analisadas, avaliadas e corrigidas, com a finalidade de se atingir o resultado econômico-financeiro esperado.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo abordará os procedimentos metodológicos utilizados na realização do presente trabalho, tendo em vista que para que o desenvolvimento da pesquisa seja realizado, é necessário a utilização cuidadosa de métodos, processo e técnicas, para que se possa responder o problema proposto.

Diante disto, a metodologia torna-se fundamental, pois estuda e avalia esses diversos métodos, identificando possibilidades e limitações em sua aplicação na pesquisa científica, ou seja, permite a escolha da melhor maneira ao se abordar determinado problema, integrando os conhecimentos dos métodos em vigor nas diversas áreas científicas (DIEHL; TATIM, 2004).

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Conforme definição de Diehl e Tatim, pela abordagem do problema é que se constitui o objeto de estudo e, conforme a natureza do problema haverá a escolha do método qualitativo, que abrange a coleta e a análise sistemáticas de matérias mais subjetivas, ou a escolha do método quantitativo, o qual envolve a coleta sistemática de informações mediante condições controladas e procedimentos estatísticos (2004).

Para Gil, a pesquisa tem um caráter pragmático, é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos” (1999, p. 42).

Segundo Lakatos e Marconi, tanto métodos quanto técnicos de pesquisa devem adequar-se ao problema a ser estudado, às hipóteses levantadas, ao tipo de informantes com que se vai entrar em contato. Dependerão do objeto da pesquisa, dos recursos financeiros, da equipe humana e de outros elementos da investigação (2008).

O presente estudo caracteriza-se pela abordagem qualitativa que descrevem a complexidade de determinado problema, sendo necessário compreender e classificar os processos dinâmicos vividos nos grupos, contribuir no processo de mudança, possibilitando o entendimento das mais variadas particularidades dos indivíduos (DIEHL; TATIM, 2004).

Tendo como base os objetivos, a pesquisa pode ser classificada em exploratória quando o problema de pesquisa é pouco estudado tendo como objetivo torna-la mais explícito ou construir hipóteses sobre o mesmo. A pesquisa pode também ser classificada como descritiva, onde os fatos são observados, registrados, analisados, e interpretados sem que o pesquisador neles interfira (DIEHL; TATIM, 2004).

O presente trabalho irá proporcionar um conhecimento mais aprofundado sobre a gestão de custos, através da observação, coleta, classificação e interpretação dos fatos da entidade em estudo.

É importante salientar, que a pesquisa exploratória tem por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torna-la mais explícito ou mesmo construir hipóteses, envolvendo desta maneira o levantamento bibliográfico (DIEHL; TATIM, 2004).

As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos, etc. (GIL, 1999).

Pesquisa descritiva é pesquisa de opinião ou pesquisa de atitude, pesquisa de motivação, estudo de caso, análise do trabalho, e pesquisas documentais. Aqui, o pesquisador procura conhecer e interpretar a realidade. Interessa-se em descobrir e observar fenômenos - procura descrevê-los, classificá-los e interpretá-los. Gil ressalta que o conceito de caso se ampliou, a ponto de poder ser entendido como uma família ou qualquer outro grupo social, um pequeno grupo, uma organização, um conjunto de relações, um papel social, um processo social, uma comunidade, uma nação ou mesmo toda uma cultura (1999).

O presente trabalho caracteriza-se como estudo de caso e Gil aponta alguns propósitos dos estudos de caso: Explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos. Preservar o caráter unitário do objeto de estudado. Descrever situação do contexto em que está sendo feita uma determinada investigação. Formular hipóteses ou desenvolver teorias e explicar as variáveis casuais de determinado fenômeno em situações complexas que não permitem o uso de levantamentos e experimentos (1999).

3.1.1 Variáveis de estudo

Para Gil, o conceito de variável refere-se “a tudo aquilo que pode assumir diferentes valores ou diferentes aspectos segundo casos particulares ou as circunstâncias” (1999, p. 36). A definição de termos e variáveis são as definições gerais e operacionais das variáveis relacionadas ao problema em estudo. De acordo com Marconi e Lakatos, variável é uma classificação ou medida, uma quantidade que varia e um conceito operacional que contem ou apresentam valores (2008, p. 139). Dentre as variáveis apresentam-se as seguintes:

Gestão de custos: É o ramo da função financeira que acumula, organiza, analisa e interpreta os custos dos produtos, dos estoques, dos serviços, dos componentes da

organização, dos planos operacionais e das atividades de distribuição para determinar o lucro, para controlar as operações e para auxiliar o administrador no processo de tomada de decisão (LEONE, 1983, p. 26).

Rentabilidade: Rentabilidade pode ser definida como “uma relação do valor do lucro obtido com o valor do investimento realizado. Busca mensurar qual o retorno obtido após os valores investidos em um negócio ou aplicação” (PADOVEZE, 2011, p. 21).

3.2 UNIVERSO DE PESQUISA

O trabalho consiste em um estudo de caso o qual será realizado na empresa EDAULO que atua na área metalúrgica, no município de União da Serra – RS.

No entendimento de Diehl e Tatim “população é o conjunto de elementos que pode ser mensurável em relação às variáveis que se deseja analisar, e a amostra é uma porção que pode ser mensurável em relação às variáveis que se deseja analisar, e a amostra é uma porção selecionada desta população” (2004, p. 64). Essas informações são muito importantes para se alcançar os objetivos da pesquisa.

A população de estudo deste trabalho de caracteriza como sendo o gestor, que possui conhecimento dos modelos gerencias e documentais que serão analisados.

3.2.1 Procedimentos e técnicas de coletas de dados

A coleta de dados retrata o desenvolvimento do trabalho, sendo a fase mais importante deste estudo. O plano de coleta de dados é muito importante, pois é através dele que se coletam as informações e obtêm-se as respostas que possibilitarão um diagnóstico para a organização.

Toda a pesquisa deve ser bem planejada e segundo Diehl e Tatim, as técnicas de coleta de dos devem ser escolhidas e aplicadas pelo pesquisador conforme o contexto da pesquisa, no entanto, sua eficácia depende de sua utilização adequada. As informações coletadas podem ainda ser consideradas fontes primárias, quando os dados são colhidos e registrados pelo próprio pesquisador em primeira mão, por meio de entrevistas, questionários formulários ou por observação, enquanto que são consideradas fontes secundarias todos os dados já existentes na forma de arquivos banco de dados, índices ou relatórios de fontes bibliográficas (2004).

Devido à necessidade de analisar os fatos que ocorrem dentro da entidade, traçar um modelo conceitual e operário de pesquisa torna-se essencial o modelo de pesquisa secundário,

perante isso o presente trabalho utilizou os seguintes procedimentos técnicos de pesquisa: Documental e entrevista.

Para Marconi e Lakatos, a pesquisa documental é caracterizada pela fonte de coleta de dados ser restrita a documentos, sejam eles escritos ou não, constituindo desta maneira as denominadas fontes primárias por não terem recebido tratamento analítico. Por exemplo, arquivos públicos, publicações administrativas da empresa, arquivos particulares entre vários outros (2008).

A entrevista baseia-se na utilização de um questionário como instrumento de coleta de informações o que garante que a mesma pergunta será feita da mesma forma a todas as pessoas que forem pesquisadas. Gil explica que “a entrevista [...] desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanecem invariáveis para todos os entrevistados, que geralmente são em grande número” (1999, p. 121). Em função desta possibilidade, Gil alerta que se deve cuidar para que o entrevistador não influencie ou interprete as respostas, apenas as reproduza e que não improvise (1999).

3.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Gil afirma que a análise dos dados tem por objetivo “organizar e resumir os dados, de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação” (1999, p. 54). Já a interpretação tem por objetivo “a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos” (GIL, 1999, p. 54). Os dados serão coletados de forma consistente, visando á veracidade do trabalho proposto, e a apresentação dos resultados obtidos. Com a análise e interpretação dos dados alcançarem as conclusões adequadas. A pesquisa deve ser mantida numa atmosfera de cordialidade e de amizade (MARCONI; LAKATOS, 2008, p. 200).

Após a coleta de dados é necessária a análise dos mesmos. A análise consiste na verificação das variáveis e especificações do objeto em estudo (DIEHL; TATIM, 2004).

Na elaboração da análise são utilizados três requisitos: a interpretação da qual se verifica as variáveis para aprimorar seus conhecimentos sobre o assunto; a explicação para compreender de forma mais clara sua origem e a especificação para avaliar as variáveis (MARCONI; LAKATOS, 2008).

4 ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo contém uma breve apresentação da empresa a ser estudada, bem como a análise de dados realizados na mesma. Todos estes dados foram obtidos através de entrevistas informais e observações no trabalho da empresa, caracterizada como tipicamente familiar. Diante disto, esta pesquisa é caracterizada como participativa.

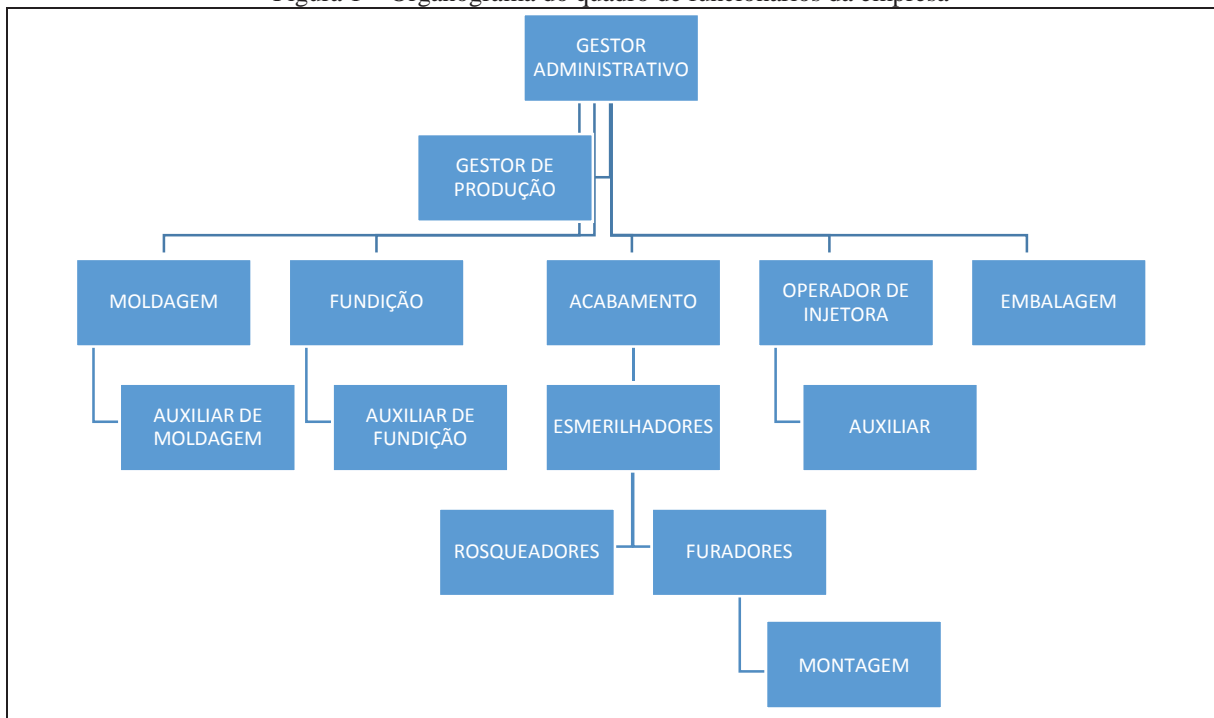
Iniciando-se então pela descrição da empresa, colocam-se de um modo geral todas as características pertinentes. Posteriormente, são demonstradas as etapas de fabricação dos produtos, desde a compra de matéria-prima até a venda ao cliente e os gastos correntes destas atividades. Por fim são aplicados os conceitos.

4.1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

A empresa objeto desta pesquisa foi fundada em 18 de Novembro de 1992, nascia a Indústria Metalúrgica Edaulo Ltda, situada na cidade de União da Serra/RS, com finalidade específica de fabricar terminais elétricos automotivos (terminais de bateria). Inicialmente atendia o mercado gaúcho, posteriormente com o aumento da produção e expansão de clientes, atende todo o território nacional. Possui faturamento médio mensal de R\$ 300.000,00 e produção mensal de 130.000,00 terminais.

O regime de tributação optado pela empresa é o Simples nacional. Os serviços contábeis são terceirizados, abrangendo o fiscal, o contábil, o departamento de pessoal, bem como a parte jurídica e de processos. Sendo assim, não possui nenhum tipo de contabilidade gerencial formalizada, no qual será abordado neste trabalho.

Figura 1 – Organograma do quadro de funcionários da empresa



Fonte: Elaborado pelo autor.

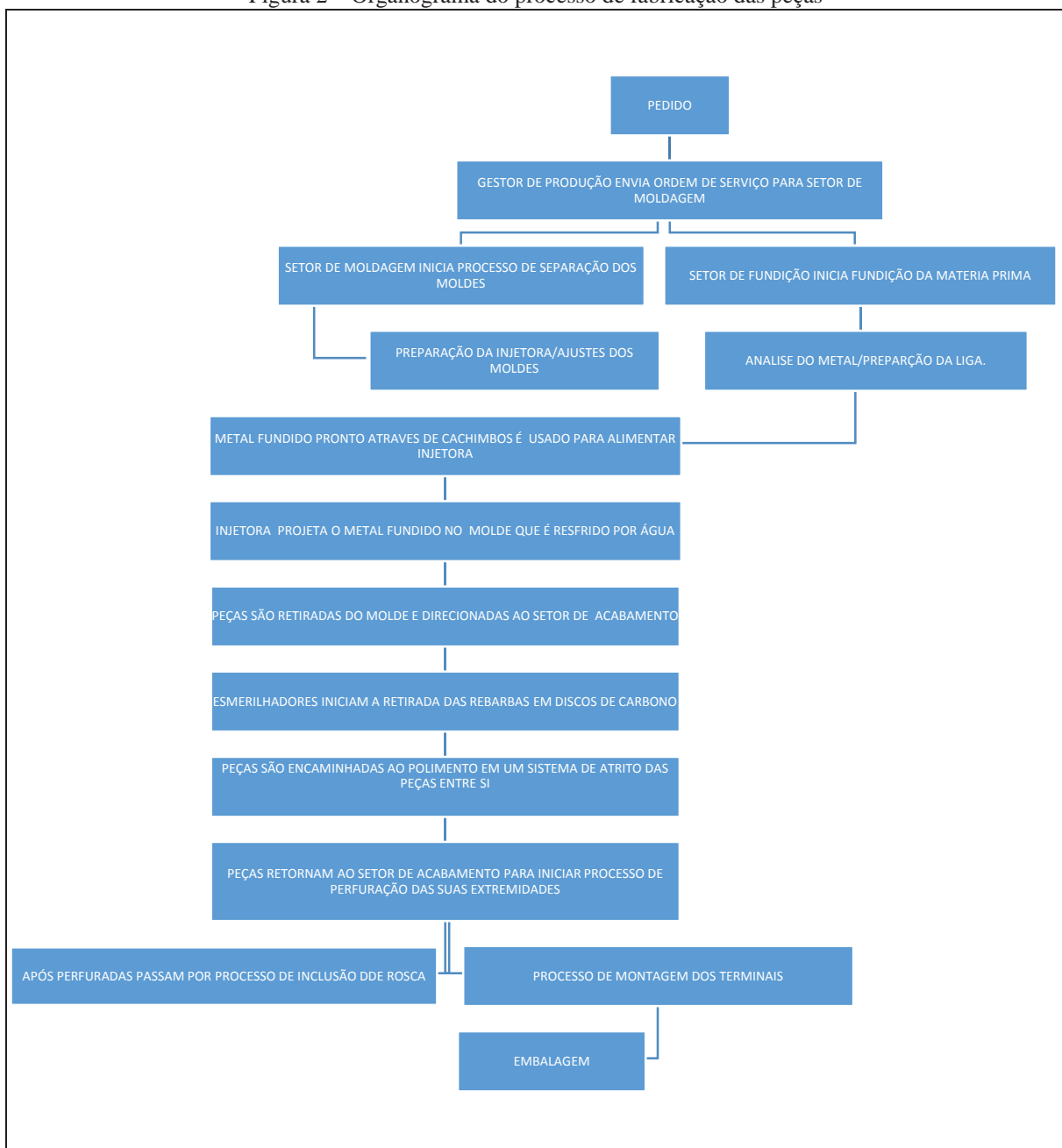
- a) Gestor Administrativo: é responsável por toda área gerencial da empresa, ele efetua a gestão das áreas de vendas, compras e gestão de pessoas e financeiro da empresa. Faz também os orçamentos, fechamento de propostas e emissão de nota fiscal. Fica ainda responsável pelo envio de documentos e dados para a contabilidade.
- b) Gestor de Produção: é responsável por toda gestão da área de produção da empresa, faz a supervisão dos funcionários e qualidade dos terminais.
- c) Fundidores: Efetuam o processo de fundição da sucata em fornos aquecidos com óleo de combustão e energia elétrica.
- d) Moldadores: Efetuam o processo de moldagem das peças em matrizes de alumínio, montam e preparam as mesmas para serem preenchidas com metal fundido.
- e) Operadores de Injetora: São responsáveis por efetuar a operação da injetora, alimenta-la com metal fundido e retirar as peças dos moldes.
- f) Acabamento: Neste setor as peças são retiradas dos moldes e encaminhadas para receberem acabamentos, como polimentos, retirada de rebarbas, perfuradas em suas bases, roscas e colocação de parafusos que servirão para fixação no polo da bateria e nos cabos que irão alimentar o veículo.
- g) Empacotador: Responsável por efetuar a separação dos pedidos e embala-los por tamanho, quantidades e encaminha-lo ao estoque e posteriormente acompanhar o processo de carregamento via transportadora.

4.1.1 Processo de fabricação

A empresa tem como principal atividade a fabricação de terminais de baterias. Estes terminais de bateria são usados para fixação dos cabos condutores de energia que alimentam o veículo com o polo da bateria. Desta forma, será apresentado a seguir o processo de fabricação destes terminas que só diferem quanto a seu tamanho, mas possuem a mesma característica e natureza.

Na Figura 2 apresenta-se o fluxograma do processo de fabricação dos terminais:

Figura 2 – Organograma do processo de fabricação das peças



Fonte: Elaborada pelo autor

Abaixo segue o detalhamento de cada etapa executada no processo de fabricação das peças:

- 1) Primeira etapa: Após o recebimento do pedido do cliente, o gestor administrativo repassa a demanda para o gestor de produção. Este repassa as orientações para o pessoal do setor de fundição e moldagem para iniciar o processo de fabricação.
- 2) Segunda etapa: O setor de fundição inicia o processo de fundição da sucata. Os fornos são ativados e passam ser aquecidos com fogo originado com a queima de óleo de combustão e outro com energia elétrica. Enquanto isso o setor de moldagem separa os moldes compatíveis com as peças solicitadas.

Figura 3 – Processo de fabricação fundição



Fonte: Autor (2016).

- 3) Terceira etapa: Quando o setor de fundição está com o metal em temperatura e “ponto” (quando o metal possui características que deixam a peças com coloração e permita que a peças não fique ressecada e nem muito flexível) ele informa ao setor de moldagem que o metal está pronto para ser transferidos para a injetora. Enquanto o metal estava sendo preparado o setor de moldagem prepara a máquina injetora, efetuando a calibração de molde e lubrificação.

Figura 4 – Processo de fabricação moldes



Fonte: Autor (2016)

- 4) Quarta etapa: O metal fundido é transferido para a injetora através de pequenos cachimbos, que recolhem o metal do forno e alimentam a injetora. A injetora projeta o metal no molde que é automaticamente resfriado com água e em poucos segundos o metal resfria e ganha a forma do molde (peças). As peças são retiradas e encaminhadas ao setor de acabamento.

Figura 5 – Processo de fabricação injetora



Fonte: Autor (2016)

- 5) Quinta etapa: No setor de acabamento as peças são encaminhadas o setor de esmerilhadores que retiram as rebarbas das peças em discos de carbono.

Figura 6 – Processo de fabricação acabamento



Fonte: Autor (2016)

- 6) Sexta etapa: Depois de retiradas as rebarbas, as peças são encaminhadas ao polimento onde passam por um processo giratório e de atrito, chocando-se entre si, ganhando brilho e textura lisa.

Figura 7 – Processo de fabricação polimento



Fonte: Autor (2016)

- 7) Sétima etapa: As peças passam por um processo de perfuração de suas extremidades designadas de “pernas” (local onde o terminal é fixado no polo da bateria através da pressão exercida por um parafuso que pressiona as duas extremidades das pernas no polo) e as “orelhas”, onde os cabos que alimentam o veículo são presos através da pressão de uma chapinha, que com parafusos pressionam o cabo ao terminal.

Figura 8 – Processo de fabricação perfuração



Fonte: Autor (2016)

- 8) Oitava etapa: É efetuado o processo de montagem dos terminais. São acoplados os parafusos nas orelhas e pernas, ficando assim pronto para ser usado.

Figura 9 – Processo de fabricação montagem



Fonte: Autor (2016)

- 9) Nona etapa: Os terminais são embalados em quantidades determinadas em embalagens lacradas a vácuo e acomodadas em caixas que são encaminhadas ao depósito para serem encaminhadas aos clientes.

Figura 10 – Processo de fabricação embalagem



Fonte: Autor (2016).

4.2 DADOS QUANTITATIVOS E FINANCEIROS

Para fins deste estudo foram utilizados os dados obtidos mediante documentações contábeis, entrevistas junto com o diretor geral da empresa, observações realizadas na fábrica,

sobre as atividades e operações realizadas. O estudo foi realizado nos meses de julho, agosto, setembro de 2016.

4.2.1 Gastos incorridos pela empresa

Os processos de fabricação dos terminais incorrem nos seguintes gastos: custo de matérias-primas, custos dos materiais auxiliares de produção, materiais indiretos, mão de obra direta, energia elétrica, de equipamentos, manutenção dos equipamentos e das máquinas, depreciação das máquinas, e por último os equipamentos de proteção individual (EPI).

Os gastos com comercialização (vendas) abrangem os gastos com combustível, depreciação, manutenção e IPVA dos automóveis, mensalidade de software de emissão de notas fiscais e impostos incidente sobre o faturamento, a empresa encontra-se no regime de tributação do Simples nacional.

Já os gastos administrativos são compostos por gastos com telefone fixo e móvel, material de escritório, salários e benefícios, impostos, pró-labore, água, alimentação, honorários contábeis, e outros gastos administrativos menos relevantes.

Por último, as despesas financeiras que se resumem em taxas bancárias, descontos concedidos aos clientes e juros pagos a fornecedores.

4.2.2 Classificação dos gastos incorridos pela empresa

Para que se possa fazer uma análise dos custos incorridos na empresa deve-se atentar a classificação usual que distingue custos fixos de custos variáveis, na qual leva em consideração a relação entre o valor total de um custo e o volume de atividade em uma unidade de tempo.

A definição de custo fixo e variável pode ser diferente para empresas distintas. No caso da metalúrgica estudada, esta divisão foi determinada pelo pesquisador a partir de observações e análise das atividades desenvolvidas pela empresa. Seguem abaixo a identificação dos custos incorridos pela empresa:

- a) A **matéria-prima** corresponde ao material propriamente usado na fabricação dos produtos comercializados. Este tipo de custo é classificado como variável, pois o consumo dos mesmos acompanha o volume de produção e podem ser medidos quantificados. Neste item estão contidos os seguintes materiais:
 - Sucata;

- Parafusos;
 - Embalagem;
 - Óleo de Combustão.
- b) O gasto com **materiais auxiliares de produção** é considerado um custo variável, pois é possível identificar seu consumo em relação ao volume de produção. Este corresponde a todos os materiais utilizados no processo de fabricação. Como exemplos podem-se citar:
- Discos;
 - Brocas;
 - Cadinho.
- c) Os **materiais indiretos** serão considerados como custos fixos, abrangem todos os materiais utilizados na hora da montagem do produto:
- Parafusos;
 - Brocas;
 - Polcas.
- d) A **mão de obra direta** corresponde à parte relativa ao tempo realmente utilizado no processo de produção e de forma direta. Caracterizando-se como um custo variável. Pode-se identificar como mão de obra direta a dos funcionários.
- e) A **energia elétrica** é utilizada na área de produção e na área administrativa. Será considerada uma despesa fixa já que a empresa não dispõe de alguma forma para medir e aferir qual a proporção entre a parte fixa e a parte variável, devido a sua materialidade.
- f) A **depreciação das máquinas** é calculada mensalmente e de forma fixa, serão considerados como custo por estarem ligados a produção. A empresa conta com: duas injetoras, doze furadeiras, oito motores de disco de corte.
- g) A **manutenção dos equipamentos e das máquinas** equivale ao valor pago a terceiros para o conserto e manutenção dos equipamentos ligados a produção. Estes gastos ocorrem de forma esporádica. São considerados como custos fixos.
- h) Os **Equipamentos de Proteção Individual (EPI)** são classificados como custos fixos e de uso obrigatório conforme previsto na Norma Regulamentadora 6 da Portaria Ministerial nº 3.214 de 08/06/1978 da CLT. Sendo assim, todos os funcionários ligados à produção devem usar os seguintes EPI's:
- Sapato de Segurança;

- Luva de raspa;
- Protetor Auricular;
- Óculos de segurança.

- i) A **Depreciação de automóveis** está ligada aos automóveis utilizados pela empresa para fazer transporte dos produtos, entre outras utilidades. São considerados como custos fixos. Devido ao ano de fabricação do mesmo e o tempo que estão contabilizados no patrimônio da empresa eles não sofrem mais a incidência de depreciação.
- j) A **mensalidade do software** está ligada a comercialização dos produtos já que o mesmo é utilizado para emissão de nota fiscal. Este gasto é pago mensalmente a um terceiro e será considerada uma despesa fixa.
- k) O **Imposto sobre faturamento** refere-se a guia do Simples Nacional, é considerado um gasto variável já que o valor varia com o total faturado no mês.
- l) Todas as **despesas administrativas** e financeiras mencionadas anteriormente serão classificadas como fixas já que nenhuma delas varia de acordo com o volume de produção e são presentes mesmo que não ocorra produção.

Após a identificação de todos os gastos incorridos pela empresa, serão apresentados os montantes relativos aos custos variáveis, custos fixos e despesas fixas. Esta divisão efetuada é fundamental para que seja possível identificar os custos apropriados ao processo de fabricação. Todas as tabelas expõem uma média dos três meses estudados.

Tabela 1 – Custo variável médio gasto mensalmente

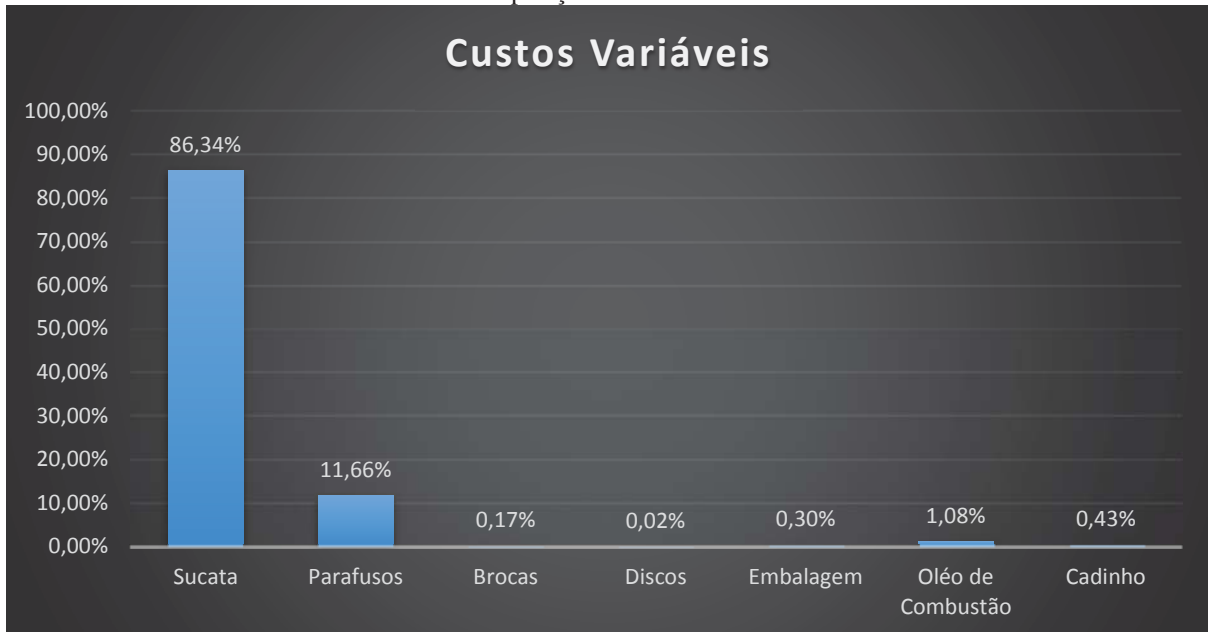
Custos Variáveis	VALOR (R\$)
Sucata	R\$ 200.000,00
Parafusos	R\$ 27.000,00
Brocas	R\$ 400,00
Discos	R\$ 50,00
Embalagem	R\$ 700,00
Óleo de Combustão	R\$ 2.500,00
Cadinho	R\$ 1.000,00
TOTAL	R\$ 231.650,00

Fonte: Elaborado pelo Autor

A partir das informações, pode-se verificar que a empresa possui volume considerável de recursos alocados na aquisição de matérias primas. Existe uma disparidade em relação aos valores de cada componente necessário, destacando-se o volume de recurso alocado em um único elemento. A sucata consome 86,34% de todos os custos variáveis utilizados pela

empresa, tendo grande relevância nos custos de produção. Destacam-se também os recursos alocados em parafusos que absorvem 11,66% dos recursos. Os demais itens não contêm valores significativos, sendo assim não possui grande representatividade. Abaixo a uma melhor representação dos percentuais que cada elemento representa em relação ao total de custos variáveis.

Gráfico 1 – Composição média dos custos variáveis



Fonte: Elaborado pelo autor

Após apurados os custos variáveis de produção, efetua-se a verificação e classificação dos custos quanto a sua natureza fixa, a tabela abaixo permite a visualização dos custos fixos de produção. Os custos fixos são aqueles que estão diretamente ligados à fabricação dos produtos, entretanto não variam de acordo com o volume produzido.

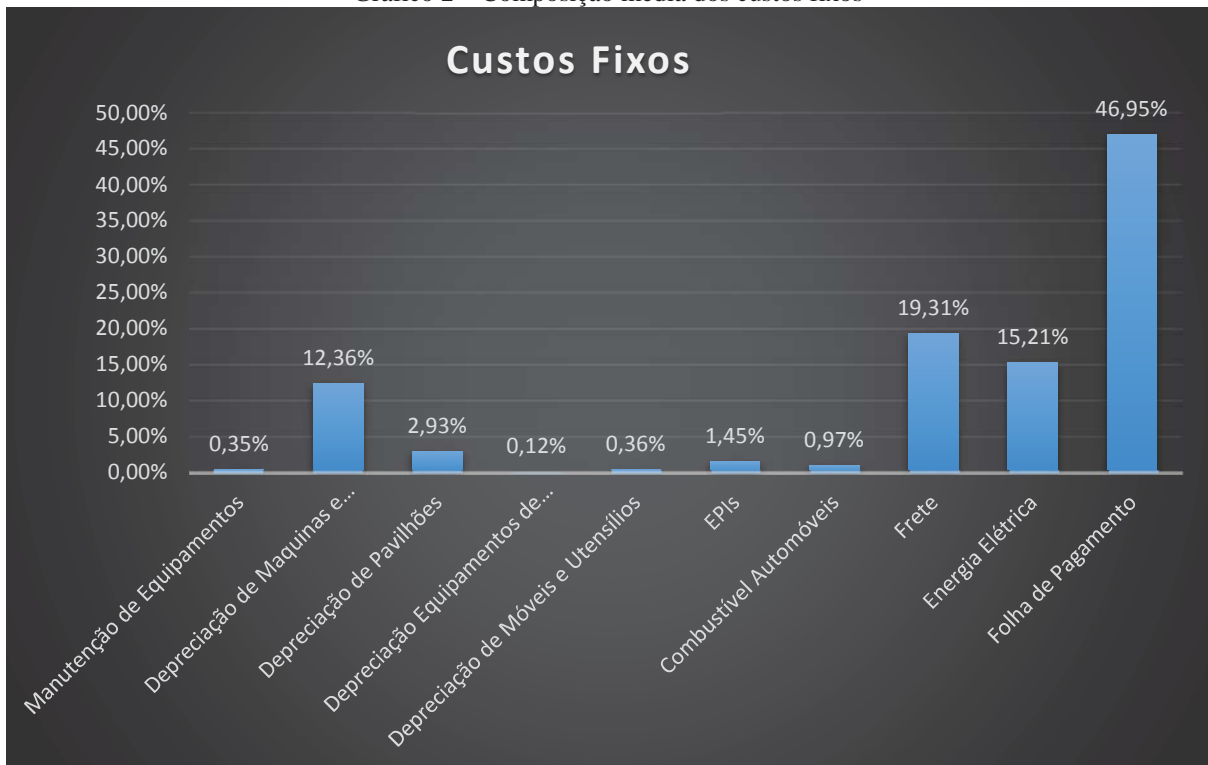
Tabela 2 – Custos fixos médios gastos mensais

Custos Fixos	R\$
Manutenção de Equipamentos	R\$ 143,54
Depreciação de Maquinas e Equipamentos	R\$ 5.122,14
Depreciação de Pavilhões	R\$ 1.214,41
Depreciação Equipamentos de Informática	R\$ 48,35
Depreciação de Móveis e Utensílios	R\$ 147,39
EPIs	R\$ 600,00
Combustível para Automóveis	R\$ 403,00
Frete	R\$ 8.000,00
Energia Elétrica	R\$ 6.300,00
Folha de Pagamento	R\$ 19.454,39
TOTAL	R\$41.433,22

Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico abaixo evidência a relação de custos fixos e a proporção que cada um representa, pode-se verificar que a frete consome 19,31% de todos os custos fixos, é relevante analisar que este valor mensal é fixo, tendo a empresa um contrato de prestação de serviço junto a transportadora, que estabelece valor fixo mensal pelo serviço, fato esse que requer atenção especial por parte do administrador. O custo de energia elétrica também exerce forte impacto, representando 15,21% dos custos diretamente relacionados à produção, estes custos são constantes no período estudado, não tendo variação significativa, fato esse se explica porque a empresa só possui um setor que poderia gerar variação de consumo de energia, que seria a fundição, mas se utiliza de energia elétrica somente para manter o metal na temperatura ideal, e para efetuar a fundição utiliza-se de óleo de combustão. Deve-se também ressaltar o percentual representado pela folha de pagamento 46,95%. Os demais processos o consumo de energia elétrica possui mínima variação pela quantidade produzida, sendo insignificante. Os demais custos são menos expressivos, mas não menos importantes na obtenção dos resultados.

Gráfico 2 – Composição média dos custos fixos



Fonte: Elaborado pelo autor

Depois de efetuado o levantamento dos custos fixos e variáveis da empresa efetuou-se o levantamento das despesas fixas da empresa. A partir das informações relacionadas na Tabela abaixo, pode-se verificar que a empresa possui grande quantidade de itens de despesas fixas. Abaixo se verifica a relação detalhada da composição dos mesmos.

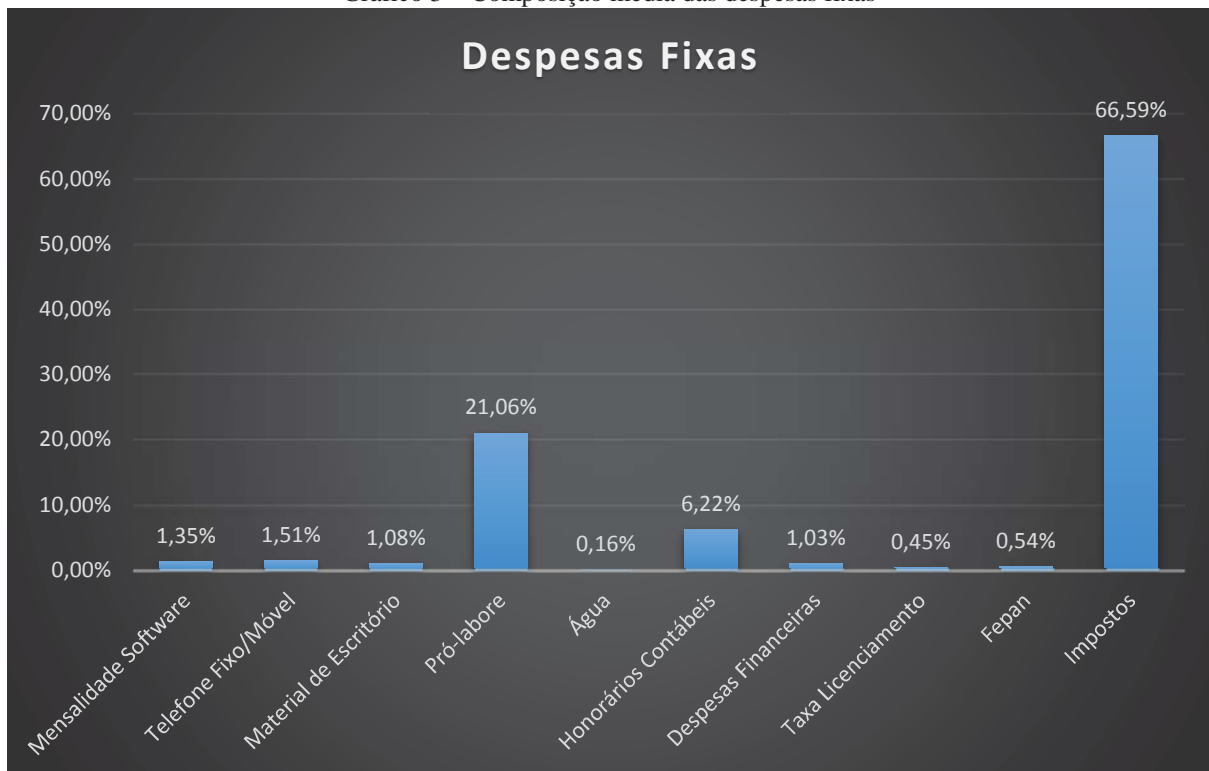
Tabela 3 – Despesas fixas médias gastas mensalmente

Despesas Fixas	R\$
Mensalidade Software	R\$ 250,00
Telefone Fixo/Móvel	R\$ 280,00
Material de Escritório	R\$ 200,00
Pró-labore	R\$ 3.895,61
Água	R\$ 30,00
Honorários Contábeis	R\$ 1.150,00
Despesas Financeiras	R\$ 189,61
Taxa Licenciamento	R\$ 84,00
Fepam	R\$ 100,00
Impostos	R\$ 12.314,63
TOTAL	R\$ 18.493,85

Fonte: Elaborado pelo autor

É possível verificar que os impostos são os principais influenciadores das despesas fixas, representando 66,59% de todas as despesas da empresa, proporcionando assim identificar a alta taxa tributária que incide sobre o negócio, e o quanto isso afeta a rentabilidade da empresa. O pró-labore dos sócios representam 21,06% das despesas fixas. Os demais custos possuem valor menos expressivos em porcentagem, sendo pulverizados, mas não menos nocivos no resultado operacional.

Gráfico 3 – Composição média das despesas fixas



Fonte: Elaborado pelo autor

Diante do exposto pode-se fazer uma comparação adequada dos custos fixos e variáveis e a proporção que cada um representa em um todo. Esta análise nos proporciona uma melhor compreensão de todos os gastos incorridos na empresa e posteriormente permite que se faça uma análise criteriosa dos mesmos a fim de identificar possíveis ajustes. Esta análise nos mostra o quanto a empresa possui de gastos fixos representando 20,55%, este percentual representa o quanto a empresa possui de gastos que não estão diretamente relacionados à produção, e como consequência não possuem variação. O percentual de custos que estão diretamente relacionados com a produção representa 79,45%, indicando que existe um alto valor que está incidido sobre os processos produtivos da empresa.

Com estes dados permite ao gestor vislumbrar o cenário que está inserido e elaborar estratégias para melhorar estes indicadores. Abaixo gráfico representando o comparativo destes indicadores, buscando assim uma melhor compreensão do leitor.

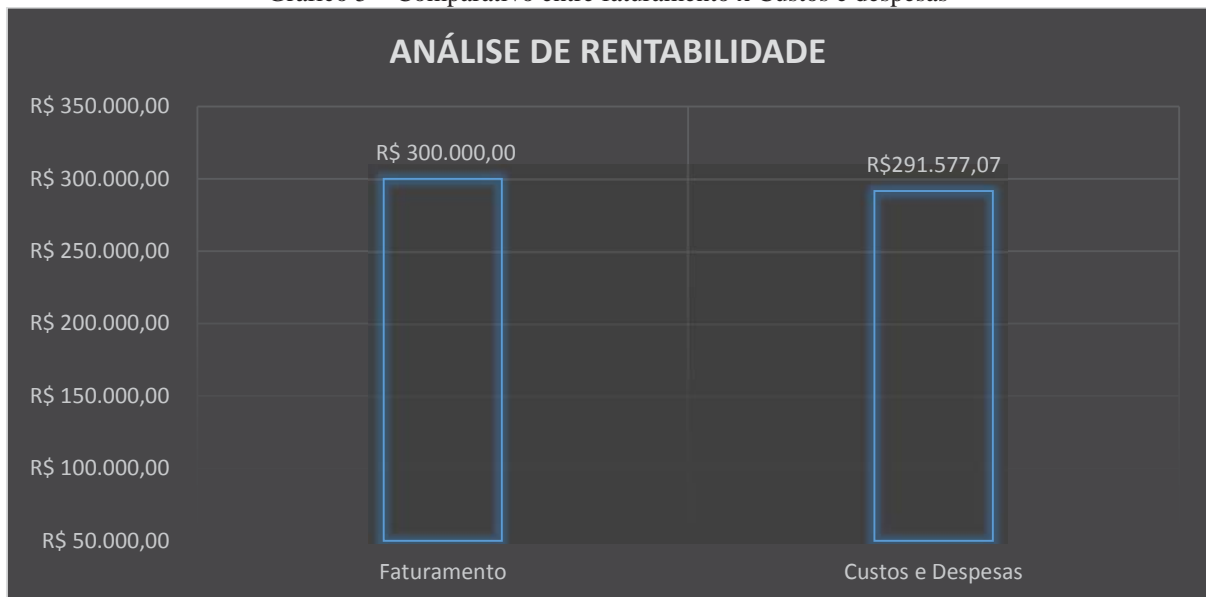
Gráfico 4 – Participação média mensal dos gastos variáveis e fixos



Fonte: Elaborado pelo autor

Após termos efetuando o levantamento dos custos e despesas da empresa e exposto sua representação, cabe analisar a relação entre o faturamento e o total de todos os custos e despesas da empresa. Verifica-se que a empresa tem um grande percentual de custos e que absorvem 97,18% do faturamento. Abaixo temos a representação gráfica deste indicador.

Gráfico 5 – Comparativo entre faturamento x Custos e despesas



Fonte: Elaborado pelo autor

Os elevados índices de custos podem estar diretamente relacionados ao cenário econômico do período de estudo, mas ressalta-se que estes indicadores podem ser geridos pelo gestor, através de análise destes indicadores e a elaboração de um plano de ação capaz de diluí-los em indicadores de menor representatividade.

Após termos efetuado o levantamento de todos os custos de produção, efetuaremos o levantamento patrimonial da empresa.

4.2.3 Levantamento patrimonial

Para efeitos deste estudo foi efetuado o levantamento patrimonial da empresa, para nos auxiliar na obtenção de indicadores de rentabilidade que também são objeto deste estudo. O levantamento foi efetuado com auxílio de documentos contábeis (balanço patrimonial) e pesquisa junto à prefeitura municipal e gestor da empresa.

Tabela 4 – Levantamento patrimonial

Patrimônio	Valor (R\$)
D-20 PICK, ANO 1994	R\$ 36.306,00
FORD F-250 ANO 2010	R\$ 70.344,00
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	R\$ 2.901,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	R\$ 17.686,85
2 PAVILHÕES	R\$ 364.323,50
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	R\$ 614.656,50
TOTAL	R\$ 1.106.217,85

Fonte: Elaborado pelo autor

A empresa busca constante aperfeiçoamento de seu parque fabril, com constantes investimentos em maquinas e equipamentos que proporcionam mais qualidade de seus produtos e qualidade de vida no trabalho de seus colaboradores. Após o levantamento patrimonial dos bens móveis e imóveis da empresa representa-se abaixo tabela com a relação da depreciação destes bens, a fim de termos possibilidade de gerenciarmos estes dados e utilizá-los no estudo.

Tabela 5 – Depreciação do patrimônio

Patrimônio	Valor (R\$)	Percentual de depreciação	Depreciação anual	Depreciação mensal
Equipamentos de Informática	R\$ 2.901,00	20%	R\$ 580,20	R\$ 48,35
Moveis e Utensílios	R\$ 17.686,85	10%	R\$ 1.768,69	R\$ 147,39
2 Pavilhões	R\$ 364.323,50	4%	R\$ 14.572,94	R\$ 1.214,41
Máquinas e Equipamentos	R\$ 614.656,50	10%	R\$ 61.465,65	R\$ 5.122,14
Total	R\$ 1.106.217,85		R\$ 78.387,48	R\$ 6.532,29

Fonte: Elaborado pelo autor

Diante do exposto, verifica-se que este constante investimento no quadro fabril, reflete no valor com que a depreciação incide sobre estes patrimônios. Verifica-se que não foram calculados valores de depreciação dos veículos, pois estes já possuem seu percentual contábil de depreciação totalizado, ou seja, não há mais incidência da mesma nestes bens.

Por fim efetuaremos o levantamento e análise dos indicadores de rentabilidade propostos neste estudo, e assim termos a possibilidade de analisarmos o quanto os custos totais estão influenciando na obtenção de rentabilidade da empresa.

4.3 ANÁLISE DA RENTABILIDADE

Neste capítulo será efetuado o levantamento e análise dos indicadores de rentabilidade. Esta análise empresarial permite o levantamento dos aspectos econômicos das empresas, estes indicadores permitem visualizar a situação econômica, e a rentabilidade do capital investido. Abaixo será efetuada a apuração dos indicadores de Giro do Ativo, Rentabilidade do Ativo, Rentabilidade do Patrimônio Líquido, Rentabilidade sobre investimento.

4.3.1 Giro do ativo

O giro do ativo serve para mostrar a eficiência com que a empresa utiliza seus ativos, com o objetivo de gerar reais de vendas. Ao verificar o indicador abaixo se verifica que a

empresa vendeu R\$ 0,20 para cada R\$ 1,00 investido. Seu ativo tem seu giro efetuado por completo a cada 4 meses e 27 dias, efetuando 2,44 giros em um ano.

$$\text{Giro do Ativo} = 300.000,00 / 1.470.105,19 = 0,2040$$

$$\text{Tempo de um giro completo: } 1.470.105,19 / 300.000,00 = 4,9003$$

$$\text{Ou seja: } 4 \text{ meses e } 27 \text{ dias } (0,9 \times 30 = 27 \text{ dias})$$

$$\text{Giros Anuais} = 12 / 4,9003 = 2,44 \text{ ao ano}$$

$$\text{GA} = \text{VL} / \text{AT}$$

Onde: **GA** – Giro do ativo; **VL** – Vendas líquidas; **AT** – Ativo total.

4.3.2 Rentabilidade do ativo

Ao analisar o quociente da rentabilidade do ativo tem se como principal objetivo identificar qual o prazo de retorno do patrimônio investido. Este indicador sugere o período que leva para retornar todo o investimento atrelado ao negócio. Conforme índice apresentado abaixo, conclui-se que a empresa tem de retorno 6,89% de rentabilidade. Isso demonstra que o empreendedor terá conseguido ter o retorno para dobrar seus investimentos somente em 174 meses e 16 dias, ou seja, em 14 anos e 6 meses e 15 dias.

$$\text{RA} = 101.075,16 \times 100 / 1.470.105,19 = 6,87\%$$

$$101.075,16 / 12 = 8.422,93 \text{ lucros líquido mensal médio.}$$

$$1.470.105,19 / 8.422,93 = 174,53 \text{ (174 meses e } 0,53 \times 30 = 16 \text{ dias) necessários para o lucro cobrir ao ativo.}$$

$$174,53 / 12 = 14,54 \text{ (14 anos e } 0,54 \times 12 = 6,48 \text{ meses e } 0,48 \times 30 = 15 \text{ dias) equivalentes}$$

$$\text{RA} = \text{LL} / \text{A}$$

Onde: **RA** – Rentabilidade do ativo; **LL** – Lucro líquido; **A** – Ativo.

4.3.3 Rentabilidade do patrimônio líquido

São através das informações geradas por este índice, que os sócios ou usuários destas informações, ficam sabendo sobre o rendimento oferecido em função do resultado líquido da empresa. Verifica-se neste indicador que o retorno percentual que o acionista obtém sobre o capital próprio investido é de 7,17 %. Este indicador demonstra que para cada R\$ 1,00 de capital próprio investido a empresa obteve um retorno de 7,17%. Conclui-se também que a empresa terá o retorno do montante do PL em 167 meses e 7 dias, ou seja, em 13 anos e 11 meses e 5 dias para obter o retorno do patrimônio líquido.

$$\text{RPL} = 101.075,16 / 1.408.588,84 \times 100 = 7,17\%$$

$$101.075,16/12 = 8.422,93 \text{ lucros líquido mensal médio.}$$

$$1.408.588,84 / 8.422,93 = 167,23(167 \text{ meses e } 0,23 \times 30 = 7 \text{ dias}) \text{ meses necessários para o lucro cobrir ao PL.}$$

$$167,23/12 = 13,93 \text{ anos equivalentes (13 anos e } 0,93 \times 12 = 11,16 \text{ meses e } 0,16 \times 30 = 5 \text{ dias).}$$

$$\text{RPL} = \text{LL}/\text{PLM}$$

Onde: **RPL** – Rentabilidade do patrimônio líquido; **LL** – Lucro líquido; **PLM** - Patrimônio líquido médio.

4.3.4 Rentabilidade sobre investimento

Este indicador mensura o quanto a empresa teve de retorno com o capital investido para a geração do negócio. Este indicador indica se o retorno é satisfatório se relacionado com o custo de oportunidade. Este indicador demonstra que para cada R\$ 1,00 de capital próprio investido a empresa obteve um retorno de 142,76% os sócios terão o retorno deste investimento em 1 mês e 13 dias.

$$\text{ROI} = \text{LO}/\text{I} \times 100$$

Onde: **LO** = Lucro Operacional – **I** = Investimento

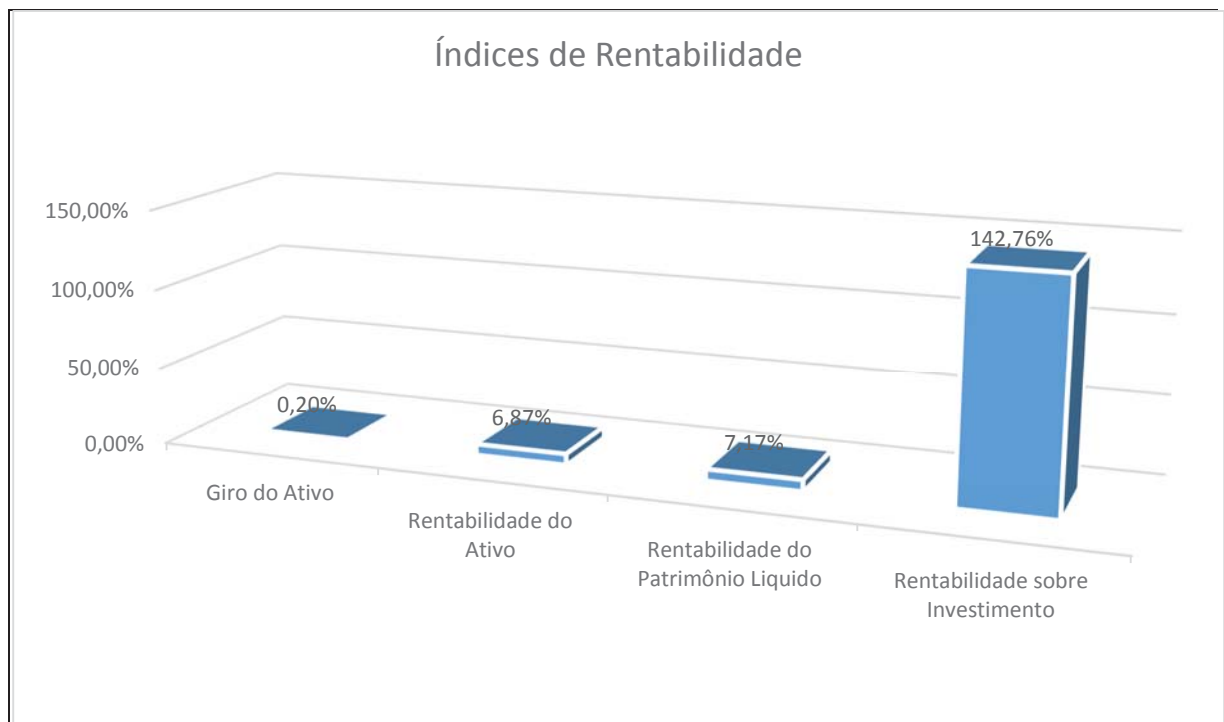
$$\text{ROI} = \text{Lucro Operacional} / \text{Investimento} / \times 100$$

$$\text{ROI} = 8.422,93 / 5.900 \times 100 = 142,76\%$$

$$8.422,93 / 5.900 = 1,42 \text{ (1 mês e } 0,42 \times 30 = 13) \text{ dias de retorno.}$$

Relacionamos abaixo o quadro comparativo dos indicadores apresentados acima para que se possam visualizar, de forma clara, os resultados apresentados pela empresa no período do estudo.

Gráfico 6 – Indicadores de rentabilidade



Fonte: Elaborado pelo autor

Após a análise apresentada, temos um quadro expositivo da situação econômica do empreendimento no que tange a rentabilidade. É importante salientar, que devemos interpretá-los considerando diversos fatores microeconômicos e macroeconômicos (desemprego, taxa de juros, variação cambial, conjuntura geopolítica, etc.) que influenciam diretamente no comportamento da entidade, medida essa que objetiva a eficácia no processo gestor e na tomada de decisões.

Verifica-se que os indicadores apresentados estão deficitários, demonstrando que a empresa está com problemas de desempenho no período de estudo. Os indicadores apontam

que a empresa está com problema em sua área comercial, ou seja, verifica-se que a representatividade do faturamento em relação ao capital investido está bem abaixo do considerado ideal que gira entorno de 1. Sua capacidade de gerar lucro líquido e capitalizar-se é de 6,87%, vale ressaltar que este índice é de extrema importância, isto porque a empresa investe capital esperando um bom retorno, que normalmente começa a surgir a partir do bom desempenho da área comercial. Desta maneira, é imprescindível verificar se o que está sendo investido está sendo compensatório, em relação às vendas que no caso requer atenção o gestor.

Ao analisarmos o quanto a administração, através do uso dos ativos, obteve de rendimento com a respectiva estrutura de despesas financeiras, evidenciamos a taxa de rendimento do Capital Próprio, que é de 7,17%. Ao efetuarmos a comparação com taxas de rendimento de mercado, é possível, avaliar que a empresa oferece rentabilidade inferior a algumas opções.

As análises da rentabilidade do investimento contem peculiaridades, pois a empresa apresenta seu investimento (capital social) desatualizado, interferindo assim no resultado deste indicador.

De posse das demonstrações contábeis, a empresa pode construir dezenas de índices, relacionando, a cada um, variáveis diferentes. No entanto, é o fim pretendido que irá determinar o que analisar ou qual índice utilizar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho, pode-se descrever a importância do mesmo para o crescimento pessoal e profissional visto, a ampliação dos conhecimentos obtidos em sala por este, colocados em prática.

O estudo tinha por objetivo verificar quais os custos incorridos na produção e como a gestão destes custos estava associada com a rentabilidade em uma empresa localizada no interior do estado do Rio Grande do Sul.

Sendo assim, a pesquisa foi realizada nos meses de julho, agosto e setembro do ano de 2016, utilizando-se sempre valores que representassem uma média dos três meses analisados.

Baseando-se no objetivo principal, foram levantados todos os processos de fabricação dos produtos, bem como todos os custos incorridos pela empresa. Para isso, fez-se necessário a separação dos gastos em variáveis e fixos. A partir do momento em que foram identificados estes gastos, foi possível que se estruturasse uma demonstração de resultados através de indicadores de rentabilidade, que possibilitasse visualizar qual o grau de retorno que a empresa proporciona.

O estudo revelou que a empresa não possui nenhum sistema de controle de custos, por isso, não foi possível efetuar uma análise mais aprofundada de alguns indicadores.

A empresa terceirizada responsável pela contabilidade da empresa não realiza a apuração da depreciação dos ativos imobilizados. Logo não há demonstração da depreciação acumulada no Balanço Patrimonial de modo que o ativo imobilizado se encontra supervalorizado. Verifica-se que a empresa não possui controles das informações gerenciais aprimorados, por isso sua gestão é efetuada por uma sensibilidade do negócio, e não por análise e gestão das informações que a empresa demonstra. Os indicadores de rentabilidade indicam um retorno deficiente, muito em relação à falta de gestão dos custos e claro que não podemos deixar de considerar as condições econômicas do País no período do estudo.

Sugere-se após o estudo realizado que a empresa efetue a atualização de seu capital social, que está defasado desde o período de fundação, fato que pode atrapalhar na obtenção de investimento de terceiros na empresa. Sugerimos a utilização de uma ferramenta de gestão, que contribua na análise econômico-financeira, auxiliando na tomada de decisões. A utilidade desta ferramenta é o acompanhamento da evolução dos resultados obtidos. Através desse acompanhamento, tem-se seguramente uma visão real das operações e do patrimônio empresarial, podendo-se assim, tomar medidas corretivas do rumo dos negócios, se as conclusões do acompanhamento assim o exigirem.

Naturalmente o tema discutido não se esgota com esta pesquisa, sendo fundamental que o estudo tenha continuidade para aprimorar os relatórios gerenciais, que visam, sobretudo, informar ao gestor o resultado de sua administração e a posição na qual a empresa encontra-se no mercado.

Como recomendações para estudos futuros, sugere-se que sejam aplicados outros métodos de análises que possibilitem um maior aprofundamento do conteúdo e obtenção de resultados ainda mais efetivos.

REFERÊNCIAS

- ATKINSON, Anthony et al. **Contabilidade gerencial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- BNDES. **Autopeças**: um setor em transformação. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/rev_set3.pdf>. Acesso em: 15 maio 2016.
- BORNIA, Antonio Cezar. **Análise gerencial de custos em empresas modernas**. Porto Alegre: Brookman, 2002.
- BRIMSON, James A **contabilidade por atividades**: uma abordagem de custeio baseado em atividades. São Paulo: Atlas, 1996.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1998.
- _____. **Curso básico de contabilidade de custos**. São Paulo: Atlas, 2002.
- DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**: métodos e técnicas. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
- DUBOIS, Alexy; KULPA, Luciana; SOUZA, Luiz Eurico de. **Gestão de custos e formação de preços**: conceitos, modelos e instrumentos, abordagem do capital de giro e da margem de competitividade. São Paulo: Atlas, 2006.
- DUTRA, René Gomes. **Custos uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2003.
- FONTOURA, Fernando Batista Bandeira da. **Gestão de custos**: uma visão integradora e pratica dos métodos de custeio. São Paulo: Atlas, 2013.
- FRANCO, Hilário. **Estrutura, análise e interpretação de balanços**: de acordo com a nova lei das S/A, Lei 6.404 de 15/12/76. 15. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1989.
- FREZATTI, Fábio. **Orçamento empresarial**: planejamento e controle gerencial. São Paulo: Atlas, 2009.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.
- HERNANDEZ, Peres Junior José. **Auditoria de demonstrações contábeis**. 3. ed. São Paulo, Atlas, 2004.
- HONG, Yuh Ching. **Gestão baseada em custeio por atividades**. São Paulo: Atlas, 1997.
- HORNGREN, Charles T.; FOSTER, George; DATAR Srikant M. **Contabilidade de custos**. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

IUDICIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LEONE, George Sebastião Guerra. **Curso de contabilidade de custos**: contém critério do custeio ABC. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LINS, Luiz dos Santos; FRANCISCO FILHO, José. **Fundamentos e análise das demonstrações contábeis**: uma abordagem interativa. São Paulo: Atlas, 2012.

MAHER, Michael. **Contabilidade de custos**: criando valor para a Administração. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos – inclui o ABC**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços**: abordagem básica e gerencial. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NAGLE, Thomas T.; HOGAN, John E. **Estratégias e táticas de preço**: um guia para crescer com lucratividade. 4. ed. São Paulo: Ed Pearson Education, 2007.

NAKAGAWA, Masayuki. **ABC-Custeio baseado em atividades**. São Paulo: Atlas, 1994.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E. V. **Curso moderno de contabilidade**. São Paulo: Lisa, 2003.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. **Contabilidade gerencial**: um enfoque em sistema de informação contábil. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PITSTOP, Rede. **Cenário e mercado**. 2016. Disponível em:
<<http://www.pitstop.com.br/cenario-e-mercado/D19>>. Acesso em: 14 maio 2016.

SANVICENTE, Antonio Zoratto. **Administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2002.

SOUZA, Marcos Antônio de; DIEHL, Carlos Alberto. **Gestão de custos**. São Paulo: Atlas, 2009.

VALTER, Milton Augusto. **Introdução à análise de balanços**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1984.

WARREN Carl S., REEVE James M. Reeve; FESS Philip E. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Pioneira, 2001.

WERNKE, Rodney. **Gestão de custos**: uma abordagem prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ZUCCHI, Alberto Luiz. **Contabilidade de custos**. São Paulo: Scipione, 1992.

ANEXO A - Balanço patrimonial 2015

ATIVO	R\$ 1.470.105,19	PASSIVO	R\$ 61.516,35
CIRCULANTE	R\$ 363.887,34	CIRCULANTE	R\$ 61.516,35
DISPONIBILIDADES	R\$ 69.126,19	FORNECEDORES	R\$ 30.176,64
CAIXA	R\$ 28.666,49	FORNECEDORES	R\$ 30.176,64
Caixa Geral	R\$ 28.666,49	Alusil Cadinhos Ind. Com. e Repres. Ltda	R\$ 1.944,00
		Rex Máquinas e Equipamentos Ltda	R\$ 9.812,64
BANCO CONTA MOVIMENTO	R\$ 40.459,70	Santa Rita-Porcass	R\$ 18.420,00
Sicredi	R\$ 40.459,70		
		OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	R\$ 19.022,74
CRÉDITOS	R\$ 3.396,15	FOLHA DE PAGAMENTO - EMPREGADOS	R\$ 9.829,71
ADIANTAMENTOS	R\$ 3.396,15	Salários a Pagar	R\$ 9.829,71
Adiantamentos de Férias	R\$ 3.396,15		
		FOLHA DE PAGAMENTO - AUTÔNOMOS	R\$ 431,65
ESTOQUES	R\$ 291.365,00	Honorários a Pagar	R\$ 431,65
ESTOQUES DE MERCADORIAS	R\$ 291.365,00		
Insumos	R\$ 214.915,00	FOLHA DE PAGAMENTO - DIRIGENTES	R\$ 3.895,61
Produtos Acabados	R\$ 76.450,00	Pró-Labore a Pagar	R\$ 3.895,61
NÃO CIRCULANTE	R\$ 1.106.217,85	ENCARGOS	R\$ 4.865,77
IMOBILIZADO	R\$ 1.106.217,85	Contribuição Sindical a Recolher	R\$ 581,36
IMOBILIZADO	R\$ 1.106.217,85	FGTS a Pagar	R\$ 2.152,56
Veículos	R\$ 106.650,00	INSS a Pagar	R\$ 2.131,85
Móveis e Utensílios	R\$ 17.686,85		
Equipamentos de Informática	R\$ 2.901,00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	R\$ 12.316,97
Máquinas e Equipamentos	R\$ 614.656,50	IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	R\$ 510,26
Imóveis	R\$ 364.323,50	IRRF a Recolher	R\$ 510,26
		IMPOSTOS S/ RECEITA BRUTA	R\$ 11.806,71
		ICMS a Recolher	R\$ 5.569,49
		Simplex Nacional a Recolher	R\$ 6.237,22
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 1.408.588,84
		CAPITAL SOCIAL	R\$ 5.900,00
		CAPITAL SOCIAL REALIZADO	R\$ 5.900,00
		Capital Social Realizado	R\$ 5.900,00
		RESERVA	R\$ 1.402.688,84
		RESERVA DE LUCROS	R\$ 1.301.613,68
		Lucros Acumulados	R\$ 1.301.613,68
		RESULTADO DO EXERCÍCIO	R\$ 101.075,16
		Lucro do Exercício	R\$ 101.075,16
TOTAL DO ATIVO	R\$ 1.470.105,19	TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQU	R\$ 1.470.105,19

ANEXO B - Demonstração do resultado do exercício mensal

Demonstração do Resultado do Exercício Mensal	
(+) Receita Bruta	300.000,00
(=) Receita Bruta Total	300.000,00
(-) Deduções da Receita	(12.314,63)
(=) Receita Líquida Total	287.685,37
(-) Compras	(231.650,00)
(-) Mão de obra	(19.454,39)
(-) Gastos Gerais Diretos	(21.978,83)
(=) Resultado Bruto Total	14.602,15
(-) Despesas Administrativas	(6.179,22)
(=) Lucro Operacional	8.422,93
(+/-) Outras Receitas e/ou Despesas	-
(=) Resultado Líquido do Período	8.422,93